

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO III - nº 26 - Outubro e novembro de 2009

O RIO SE MOVIMENTA

A cidade vive grandes manifestações de rua: de religiosos contra a intolerância; de pessoas com deficiência contra o preconceito e por acessibilidade; e dos servidores do Judiciário Federal por revisão salarial e um Plano de Carreira que valorize o setor público e democratize a Justiça. Em todas, o Sisejufe esteve presente. Porque a luta sindical vai além da briga por salários.



1º de novembro | Cidade prepara a 14ª Parada do Orgulho LGBT em Copacabana

7 de outubro | Sindicato convoca para novas assembleias pelo envio do anteprojeto da revisão salarial

JUNTOS PODEMOS MAIS SINDICALIZE-SE



Av. Presidente Vargas, 509/11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Fone: 21 2215.2443 • sisejufe.org.br

SISEJUFE
Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

Oficina Literária

A técnica judiciária Mariana Mello de Medeiros estreia em Ideias em Revista com um miniconto em que relembra a travessia na velha barca.

Página 4

Núcleos/Editorial

Núcleo dos Aposentados e Pensionistas participa de evento nacional da Fenajufe. No Editorial, a mobilização “olímpica” da categoria e do povo do Rio, que toma as ruas em manifestações.

Página 5

Oficiais de Justiça

O Núcleo de Oficiais de Justiça enviou observadores ao congresso nacional do segmento, em João Pessoa.

Página 6

Movimento Sindical

Conselho de Representantes do Sisejufe forma grupo de trabalho para discutir a Gestão Estratégica do Judiciário.

Página 7

Justiça do Trabalho

Sindicato leva reivindicações ao presidente do TRT.

Páginas 8 e 9

Revisão Salarial

A categoria intensificou a mobilização e compareceu aos atos públicos convocados pelo Sisejufe para pressionar pelo envio imediato do anteprojeto de revisão salarial ao Congresso. Saiba detalhes.

Páginas 10 e 11

Sindicais

Assédio moral em Teresópolis. Auxílio-alimentação no TRT. Porte de arma para agentes segurança. Confirma tudo isso nas notas sindicais.

Páginas 12 e 13

Justiça Federal

O relatório de como foi a reunião de dirigentes sindicais com o diretor do Foro da Justiça Federal Alexandre Libonatti.

Páginas 14 e 15

Saúde

Sisejufe informa Cremerj e Coren sobre os procedimentos da Sesau. A Seção de Serviços de Saúde da JF contesta as críticas.

Páginas 16 e 17

Cidade

Sisejufe distribui ingressos para a 6ª edição da maior feira de agricultura familiar da América Latina. O evento acontece na Marina da Glória.

Página 18



Consumo Consciente

O economista João Pedro Stedile escreve sobre a quantidade de veneno que nós comemos todos os dias junto com os alimentos.

Página 19

Ideias Entrevista

Rosane Oliveira, vice-presidente da CUT-RS, fala da perseguição policial que sofre por denunciar a corrupção no governo gaúcho.

Página Central

Internacional

Exclusivo: a um mês da eleição para a Presidência do Uruguai, os jornalistas Clarissa Pont e Eduardo Seidl traçam o perfil do favorito: o ex-guerrilheiro tupamaro Pepe Mujica, de 74 anos.

Páginas 22 e 23

Internacional

Direto de São Paulo, Maria Eugênia Sá e Vinicius Souza acompanham os atos públicos pró-democracia em Honduras e analisam a cobertura tendenciosa da mídia – que critica o governo Lula mas alivia com os golpistas centro-americanos.

Páginas 24 e 25

Laicidade e Ensino Religioso

O polêmico Acordo Brasil-Vaticano chega às páginas de Ideias com um artigo contra e outro a favor do tratado.

Páginas 26 e 27

Mulheres

Outra polêmica: conheça o centro dos debates do Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto.

Página 28

Cultura

Max Leone revela parte da história esquecida da Vila da Estrela e mostra aos nossos leitores um pouco do trabalho do escritor Mazola Barreto.

Página 29

Religião

Uma grande celebração da diversidade, da fé e da tolerância. Assim foi a 2ª Caminhada pela Liberdade Religiosa apoiada pela CUT e pelo Sisejufe.

Páginas 30, 31 e 32

Movimento Sindical

O secretário-geral da CUT Nacional, Quintino Severo, mostra porque o Brasil saiu tão rapidamente da crise mundial.

Página 33

Deficientes

Diversas entidades, como a ABBR, comemoram com muitas atividades o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Página 34

Fulgência Pedra Branca

A crítica bem-humorada de nosso colaborador aos factoides midiáticos.

Página 35

Opinião

A coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe fala sobre a união homoafetiva e da luta contra a homofobia.

Página 36 e 37

Latuff

Depois que o governador do Mato Grosso do Sul disse que iria “estuprar” o ministro Carlos Minc e que ele seria um “veado fumador de maconha”, nosso cartunista mostra no que resulta esse tipo de discurso.

Página 38

A velha barca e as gordas reflexões

Mariana Mello de Medeiros*

Quando a Barca era antiga, larga, gorda, cheia, pesada, e era também aberta, eu conseguia ver o grande mar e os prédios lá do Rio miudinhos, e aquele conjunto formava um exemplo de paisagem perfeita, tipo as que estampam as revistas de viagem. Olhando de longe, nada havia de errado. Era tudo muito bonito e muito bom. À medida que se aproximava do meio da Baía, o vento mais gelado e a água mais sonora, talvez pela ausência da interferência das duas cidades e de suas vidas agitadas, ficava também meu coração admirado de uma coisa: somos fragmentozinhos de um mundo que já é minúsculo! E não é?

E como se estuda sobre tudo! Ouvia falar sobre como a física teórica investigava o universo, a existência de mais de quatro dimensões – talvez 11 dimensões, imagine! – sobre o que aconteceria ao nosso sistema se o sol desaparecesse, sobre a possibilidade em se elaborar uma única fórmula capaz de explicar todos os fenômenos físicos. Isso tudo é igualmente bonito e bom. É agradável e propício ao lazer e nos dá prazer imaginar que existem tantas pessoas inteligentes capazes de pensar tantas coisas grandes e maravilhosas, e que essas coisas grandes e maravilhosas poderão ser utilizadas para a ciência e para o conhecimento.

Mas por que ainda assim nosso coração se inquieta, sentimos saudade, somos mesquinhos, não respeitamos a dignidade do outro, somos amargos, tristes, egoístas, preguiçosos, e, por fim, se é realmente o único fim que se busca nessa vida, como se nada mais nos sobrasse, buscamos um hedonismo irreal? Por

que estamos cercados de maravilhas, e de fato estamos, e somos tão pobres de espírito, vazios, insuficientes?

No meio da Baía, olhando a imensidão do mar aberto, e do mar aberto o oceano se acerca, senti que se o mundo se revoltasse e empenhasse aquela água toda sobre mim, eu morreria, nada poderia fazer

para evitar minha morte. Posso ser inteligente, posso ter recursos que me garantam uma vida de conforto e de prazer, porém, quando me beira a crueldade do mundo ou a adversidade de qualquer coisa que vá me destruir, sou nula e o que faço é ineficaz. Nada posso. Ou posso muito pouco.

Senti-me a menor pessoa do mundo e desejei que a água toda do mundo viesse por cima de mim e me cobrisse, inteiramente, e me carregasse de vez e me colasse ao fundo do mar. E o que seria isso? Seria horrível?

Depois de confrontar-me com tantos questionamentos, de revirar minhas ideias e avaliar perguntas com respostas demoradas demais para os vinte minu-

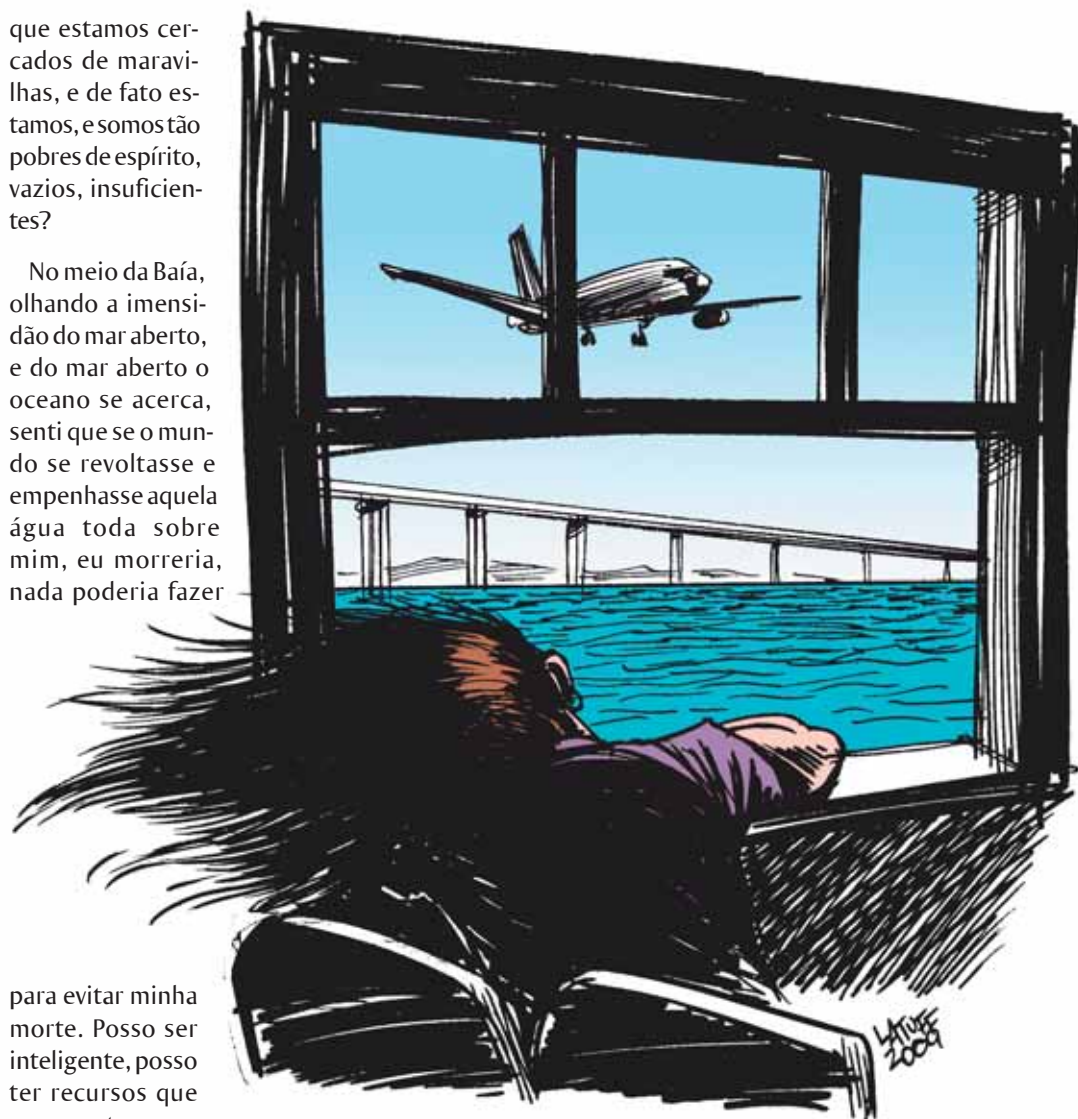
tos do passeio, emergiu daquele mar uma preciosidade: amar a pequenez faria de mim uma pessoa feliz. Faria? Mas por quê? Porque, dessa maneira, eu não precisaria mais controlar nada, tampouco alguém. Sabendo-me pequena, e frágil, e ineficaz, vivo sem a necessidade do controle. Sinto uma leveza tão grande que qualquer mágoa que possa advir, por exemplo, de um relacionamento (porque sempre queremos controlar tudo e todos) desaparece. E que grande prazer é não sentir peso! Que grande alívio é pensar que nada posso ou posso pouco! Da mesma forma, de nada adianta impacientar-me com o que não é meu,

ou pior, com o que é do domínio do futuro. Afinal, desde quando sou absoluta?

Se observo o mar e no mar existem peixes, e olhe a graça que têm os peixes!, e se os peixes são peixes e pronto, e eles não tem a inteligência dos humanos, por que, então, não posso ser gente e pronto e ter a mesma graciosidade?

É, e da resposta já tenho palpite: orgulho. Mas isso é assunto para a próxima viagem.

*Técnica judiciária
– Assessoria de Comunicação
da Justiça Federal.



Fenajufe realiza 1º Encontro Nacional de Aposentados

O 1º Encontro do Coletivo Nacional dos Aposentados da Fenajufe (Conap) realizado no dia 26 de setembro, em Brasília, debateu temas de interesse da categoria como o andamento da PEC 555/2006 e da PEC 270/2008. A primeira trata do fim da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados e a segunda garante o direito a vencimentos integrais, com paridade, àquele que se aposentar por invalidez permanente. Ambas tramitam na Câmara. O presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados (Mosap), Edson Guilherme Haubert, fez um relato sobre as duas propostas.

Haubert informou que a PEC 555 aguarda a boa vontade política do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), para instalar uma comissão especial, e que já conseguiu a assinatura de todas as lideranças na Casa, exceto as do governo, para que ocorra o mais urgente possível. Quanto à PEC 270, disse que continua na Comissão Especial designada para apreciação da matéria. O presidente do Mosap sugeriu que os sindicatos

da Fenajufe façam caravanas a Brasília. Propôs definir um modelo de carta a ser enviada aos parlamentares.

O encontro contou com a participação de cerca de 60 servidores de vários sindicatos, entre eles o Sisejufe, que enviou as diretoras Lucilene Lima Araújo de Jesus (coordenadora do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas) e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos. Também representaram a categoria do Rio de Janeiro os aposentados Francisco Costa de Souza e Cesar de Souza Barros.

No evento foram tratados temas como saúde e qualidade de vida na maturidade e a revisão salarial. O coordenador-executivo da Fenajufe Pedro Aparecido levantou pontos da proposta dos diretores gerais para revisão de salários e fez análise negativa do Artigo 6º, que criaria um prêmio inalcançável, podendo gerar consequências danosas à saúde do trabalhador. Foi aprovado um indicativo de realizar novo encontro nacional em dezembro.

Da Fenajufe

Mobilização olímpica

Foto: Max Leone



Informação e mobilização: servidoras leem nossos boletins em ato

Fechamos esta edição número 26 de Ideias em Revista com a bela notícia da escolha do Rio de Janeiro para sediar a Olimpíada de 2016. A cidade vive o ciclo de uma década abrigando grandes eventos esportivos. Ainda virá a Copa do Mundo de 2014 e, logo depois, a chama olímpica. Um ciclo virtuoso cujos legados material e imaterial – que é o estímulo de toda uma geração à prática de esportes e de uma vida saudável – devem ser melhor aproveitados do que foi até agora o legado do Pan de 2007.

Olhando para o presente, o Rio se movimenta. E muito. Em setembro, houve grandes manifestações nas ruas da cidade, como retratamos na capa desta edição. Caminhada pela Liberdade Religiosa, pela acessibilidade e pelo fim do preconceito contra as pessoas portadoras de deficiência e, claro, os muitos atos públicos e assembleias que o Sisejufe promoveu diante do TRF, do TRT, do TRE e das Justiças Federais das avenidas Rio Branco e Venezuela.

Durante essas mobilizações sindicais, que agora se voltam para a pressão pelo envio imediato do anteprojeto de revisão salarial ao Congresso, os dirigentes do Sisejufe sempre lembram um ponto importante: a luta sindical extrapola a questão salarial. Ela é vinculada necessariamente à demandas por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Por isso o sindicato atua junto dos movimentos sociais, está em manifestações que representam a pluralidade de nossa sociedade e estimula o debate de temas prementes mas ainda evitados pela maioria – como a questão da livre orientação sexual e o debate sobre a descriminalização do aborto. Isso fortalece a nossa própria luta setorial numa sociedade tão diversificada como a brasileira e ajuda aos demais segmentos a entender e apoiar nossa mobilização por uma Justiça mais eficiente e que trate melhor e com mais dignidade os seus servidores e jurisdicionados.



SISEJUFEB

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CAPA:** arte de Miguel Papi sobre fotos de Henri Figueiredo
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Nojaf envia representantes ao II Conojaf

Fotos: divulgação Conojaf

Henri Figueiredo*

O Núcleo de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) do Sisejufe enviou delegação de observadores ao II Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça (Conojaf), de 2 a 5 de setembro, em João Pessoa, na Paraíba. No congresso foram eleitas a nova diretoria executiva, o conselho fiscal e a comissão de ética da Federação Nacional de Oficiais de Justiça (Fenassojaf) para o próximo biênio. Em função de a Associação dos Oficiais de Justiça (Assojaf) do Rio de Janeiro não ter enviado representantes, já que encontra-se desfilada da Fenassojaf, o Sisejufe decidiu enviar quatro representantes para que o estado fique a par das discussões nacionais do segmento. Representaram o Sisejufe, os oficiais de justiça Marcos André Leite Pereira e Márcio Cotta, ambos diretores sindicais, e Eduardo Reis e Fabiano Nobre.

No dia 3 de setembro, a juíza aposentada do TRT-RS, Mara Loguércio, falou sobre a democratização do Judiciário e sobre assédio moral, realizando um histórico da democracia e pontuando o que é necessário para que esta democratização de fato ocorra. “Não existe hierarquia no Judiciário, existem instâncias di-



Marcando presença: Cotta, oficial de justiça e diretor do Sisejufe, divulga o sindicato no Conojaf

ferentes, o que dificulta um pouco as relações. Tampouco há uma boa representatividade dos servidores na comunidade”, comentou. Os debates sobre o assunto incluíram as desigualdades da Justiça, a estrutura e diferentes visões do sistema judiciário.

Em seguida, Margarida Barreto, médica do trabalho e professora universitária, discorreu também sobre a questão do assédio moral e sua relação com o trabalhador, citando dados estatísticos e casos ocorridos no Brasil. “Com o assédio moral todos perdem. Ninguém é feliz trabalhando em uma organização onde se vive uma guerra invisível e silenciosa: a do assédio,” enfatizou.

No período da tarde houve um painel sobre a atuação dos oficiais de justiça e as práticas processuais por meio eletrônico, proferida pela juíza do TRT-PB, Ana Paula Campos e pelo Desembargador do TRF da 5ª região, Rogério Fialho de Menezes. Encerrando o dia, o assessor jurídico do Sisejufe e da Fenassojaf, Rudi Cassel, e o representante da Aojaf do TRF 1ª região, Francisco Silva Filho, falaram sobre o risco de morte e a aposentadoria especial. O evento teve também painéis sobre os desafios e perspectivas do oficial de justiça, o papel social do oficial, o sistema SOL e o Plano de Carreira.

De acordo com o diretor do Sisejufe Márcio Cotta, a quantidade de oficiais de justiça do estado do Rio de Janeiro no congresso foi pequena, se comparada à participação de outros estados. Entretanto, diz Márcio, o Nojaf pretendeu com essa delegação estimular a participação dos servidores do Rio nas discussões do segmento em âmbito nacional. “Mesmo que o congresso seja organizado pela federação de associações de oficiais de justiça, o sindicato não poderia permitir que a ausência de uma delegação oficial da Assojaf-RJ excluís-

se completamente o Rio desses debates”, diz Márcio.

“Nossa participação foi dirigida para as questões do combate ao assédio moral e da luta pelo Plano de Carreira do Judiciário Federal, tendo em vista a atuação do Sisejufe nessas áreas”, explica Márcio. Nesse aspecto, foi importante a intervenção do diretor de Recursos Humanos do STF Amarildo Vieira de Oliveira que discorreu sobre a conquista da permanência, no projeto apresentado pelos DGs, da Gratificação de Atividade Externa (GAE) e quanto ao cargo de oficial de justiça destacou que houve um avanço já que a nova especialidade será de oficial de justiça avaliador federal e não mais executante de mandatos.

O II CONOJAF conta com a participação e 138 delegados. No dia 3 de setembro, primeiro dia do Congresso, foram realizadas as eleições para a Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e a Comissão de Ética. Com 133 delegados votantes, a Chapa Fenassojaf Unida obteve 121 votos, o que equivale a 91% do total. Houve 7 votos nulos e 5 votos em branco.

*Da Redação com informações da Fenassojaf.



Ideias: Cotta e Marcos André fizeram parte da representação do Rio

Conselho de Representantes forma GT de Gestão

Foto: Henri Figueiredo

O Conselho de Representantes do Sisejufe, composto pela diretoria colegiada e pelos representantes de base, se reuniu em 1º de outubro na sede do sindicato para discutir os encaminhamentos da minuta do projeto de revisão salarial e a resolução do CNJ que trata da Gestão Estratégica do Poder Judiciário. O primeiro ponto foi a ratificação da decisão da servidores do Rio, tomada em assembleias, de que o projeto apresentado pelos Diretores Gerais dos Tribunais Superiores não contempla as discussões realizadas pela categoria. Entende-se, porém, que o sindicato e a Fenajufe devem pressionar o STF para enviar imediatamente o projeto para o Congresso Nacional e neste espaço buscar as alterações elencadas pela categoria. Para isso, o Sisejufe vai manter a base mobilizada e promoverá, no dia 7 de outubro, assembleias em frente aos locais de trabalho na capital. Também será distribuído boletins informativos e material da campanha pela revisão salarial para os servidores do interior do Estado. Em 7 de outubro, os presidentes dos tribunais superiores estarão reunidos para avaliar o anteprojeto.

Outra questão discutida foi a resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata de Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. No Rio de Janeiro, o TRT foi o primeiro tribunal a formar o Conselho de Gestão com participação das entidades dos servidores e magistrados, como orienta a resolução do CNJ. A diretora e coordenadora do departamento jurídico Vera Lúcia pinheiro dos Santos é a representante titular e o diretor de base David Batista Cordeiro da Silva, servidor do TRT, o



Conselho de Representantes: reunião na noite de 1º de outubro definiu Curso de Gestão Pública

suplente. Já ocorreu uma reunião do Conselho de Gestão do TRT e o Sisejufe protocolou suas propostas para aquele tribunal.

O Conselho de Representantes do Sisejufe formou um GT de Gestão Estratégica para aprofundar o tema e dar conta de mais esta tarefa sindical. No entendimento de que o tema é de extrema importância, o sindicato está organizando o curso de Gestão Pública nos dias 19, 20 e 21 de outubro. O curso vai possibilitar aos associados(as) um espaço de informação e de discussão, sob a ótica dos(as) servidores(as), dos conceitos e mecanismos que regem a Gestão Pública, modelos adotados e seus insumos, sua aplicação na Gestão Institucional e na Gestão de Pessoas, de forma geral e, mais particularmente, os que estão sendo estabelecidas no Judiciário.

A compreensão do funcionamento de ferramentas estruturantes como Planejamento Estratégico, Ferramentas de Controle e Desempenho (mecanismos de *feedback* e ajustes), Planejamento e Orçamento, permite discutir e formular alternativas democráticas ao processo, que estimulem o investimento na qualificação dos servidores como parte do processo de gestão e que evitem as políticas de competitividade salarial, assédio moral etc. Entender o papel do CNJ na transição e padronização de modelo de gestão e o impacto de possíveis desdobramentos na gestão de pessoas é qualificar a categoria para o debate e enfrentamentos necessários com a gestão dos tribunais.

Da Redação com informações de Márcia Bauer, assessora política do Sisejufe.

CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DO SISEJUFÉ

Padronização da Gestão de Processos de Trabalho, Planejamento Estratégico, Pactuação de Metas, Política de Premiação por Desempenho, Balanced Scorecard, Gestão por Competências...

Se você não conhece estes termos ou não sabe as consequências da implantação destes insumos de gestão no seu dia-a-dia, você precisa participar do curso de Gestão Pública do Sisejufe.

19, 20 e 21
de outubro de 2009
19h às 22h

Auditório do Sisejufe
Inscrições gratuitas
para filiados(as)

formacao@sisejufe.org.br

Sindicato se reúne mais uma vez com Aloysio Santos no TRT

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

Em agosto, o TRT reduziu o auxílio-alimentação de R\$ 590 para R\$ 324. O motivo foi a falta de previsão orçamentária, o que fez com o que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) recomendasse a diminuição do valor do benefício. O Sisejufe ajuizou ação com pedido de antecipação de tutela para evitar a redução. Após o CSJT ter solicitado crédito suplementar para a complementação do orçamento destinado ao pagamento das despesas decorrentes do auxílio-alimentação, que foi negado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento sob o argumento de que devido à crise financeira a arrecadação teve queda, a sugestão indicada pelo presidente do conselho aos tribunais foi diminuir os valores até que seja aprovado o PL 30/2009 – que tramita no Congresso Nacional e prevê a suplementação orçamentária de mais de R\$ 26 milhões para os 23 TRTs.

Na tarde de 22 de setembro, os diretores sindicais Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, Willians Faustino de Alvarenga, Dulavim de Oliveira Lima Junior e Roberto Ponciano estiveram reunidos com o desembargador Aloysio Santos, presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, na avenida Antônio Carlos. O encontro, solicitado pelo Sisejufe, serviu para tratar do problema da redução do valor do auxílio-alimentação. O sindicato também cobrou prazos e prioridade aos servidores no pagamento dos passivos, voltou a solicitar a relação de todos servidores portadores de deficiência na Justiça do Trabalho e requereu ao presidente do TRT o reconhecimento das uniões homoafetivas de servidores e servidoras para fins de cobertura pelo plano de saúde.

O desembargador Aloysio Santos disse que há informações de que terá verba para elevar o valor do benefício – mas que a dotação orçamentária que será votada não é suficiente para se pagar R\$ 590 de julho a dezembro. “Em razão das necessárias nomeações aqui, que eram mais de 500 pessoas, houve esse problema com o valor fixado, em 2008, para o auxílio-alimentação. Diria que tudo levar a crer que, senão em novembro, em dezembro volta ao valor que era antes. Em janeiro a verba está garantida”, garantiu Santos.



Aloysio Santos: em janeiro, auxílio-alimentação volta ao valor normal

Passivos: prioridade a servidores

O diretor Roberto Ponciano expôs o problema do pagamento dos passivos dos servidores. “Nós sabemos que a verba que veio para os magistrados saiu carimbada desde o CNJ. No ano passado o Sisejufe entrou com ação administrativa pedindo preferência no pagamento dos passivos de acordo com a antiguidade e voltando à questão da impessoalidade”, lembrou Ponciano. De acordo com o dirigente sindical, o CNJ não foi sensível ao pleito e o indeferiu. O CNJ, continuou Ponciano, divulgou nota em que sugere que não se pague nenhum passivo de servidor antes que se satisfaça integralmente o pagamento do

Adicional de Tempo de Serviço (ATS) dos magistrados. Por isso, a Fenajufe divulgou uma nota de repúdio. “Consideramos que o ATS é um passivo alto e relativamente novo – mas o reconhecimento foi mais recente. E há passivos mais antigos – como os quintos e os juros da URV. Nossa assessoria parlamentar informou a dotação orçamentária do ano que vem e há R\$ 2 bilhões para pagamentos de passivos dos juízes e R\$ 1 bilhão para o pagamento dos passivos dos servidores. Pelo que lemos ao menos a verba para o pagamento do passivo da URV está constituída ali”, explicou Ponciano.



Argumentos: diretores enumeraram as reivindicações

O desembargador presidente do TRT afirmou que houve um esforço do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em negociar esses pagamentos, já que a cada ano estava se perdendo o controle do passivo dos servidores. “Não sabia desse valor de R\$ 1 bilhão – e para os tribunais grandes não é muita coisa, não. Ainda pode sair alguma verba, em novembro”, ponderou Aloysio Santos e completou afirmando que não poderia garantir que tais pagamentos sejam feitos. “A expectativa é de que, ao menos, saia alguma coisa”, disse. Ao final deste ponto da pauta, os diretores do Sisejufe solicitaram a Aloysio Santos que o TRT disponibilize a todos os servidores a consulta, via intranet, do valor do passivo devido pelo tribunal a cada um.

Redução da jornada

Roberto Ponciano externou a preocupação do Sisejufe com as metas sobre-humanas impostas pelas Administrações. De acordo com o diretor sindical, vários estudos científicos demonstram que há relação entre o adoecimento dos servidores e a grande carga de trabalho com a aceleração da produção – o que é mais do que suficiente para justificar a redução da jornada. Uma carga horária reduzida, como também já foi demonstrado por estudiosos do assunto, aumenta a produtividade e melhora as condições de trabalho e da vida em geral do servidor. O desembargador Aloysio Santos lembrou que estudava na França quando o país aprovou a redução da jornada e, segundo ele, houve “empobrecimento e tiveram de voltar atrás”. Roberto Ponciano, na réplica, apontou que, à diferença do Brasil, na França se trabalhava 30 horas e os franceses voltaram a 35 horas. Aqui ainda estamos em 44 horas.

“No Brasil, a luta da CUT é para reduzir de 44 para 40 horas semanais. Na nossa categoria lutamos por 30 horas semanais”, explicou Ponciano. O desembargador presidente do TRT contrapôs dizendo que não acha



TRT da Antônio Carlos: reunião com o presidente do tribunal foi a segunda em sua gestão

possível uma redução de jornada porque, segundo ele, o Brasil precisaria se tornar antes “uma potência rica”. Segundo Santos, há apenas uma Constituição no mundo que, além de garantir emprego, saúde, segurança, educação e lazer, assegura também o ócio – a Constituição Espanhola. “Mas ócio é quando o país não tem mais preocupação com nada. Já se atingiu uma economia forte, a juventude e a infância estão estudando e protegidas. O idoso está protegido. Então, depois de tudo, faça o que quiser na praça, na praia”, disse o presidente do TRT.

Roberto Ponciano argumentou que a jornada brasileira, em geral, e em especial entre os servidores do Judiciário Federal, é dupla. Porque além do trabalho exige-se estudo e qualificação. E também é tripla se olharmos o caso das servidoras, maioria no Judiciário Federal. “A intensidade do trabalho, e o cumprimento de metas, compromete física e mentalmente os servidores. Isso é um custo e vai, em alguns anos, causar mais prejuízo ao Erário em decorrência das licenças e do tempo de recuperação de servidores adoecidos. A redução da jornada evitaria tudo isso. Entendemos a preocupação com a eficácia da máquina pública, mas estas metas e prazos não levam em conta o lado humano –

como acontece na iniciativa privada”, discorreu Ponciano. O presidente do TRT anuiu, em parte, e apontou que: “Embora seja verdade, isso não exclui o fato de que se tira licença demais nas Justiças Federais”. O diretor Dulavim de Oliveira Júnior discordou do comentário e sugeriu que os dados fossem verificados. Roberto Ponciano criticou o pressuposto usado por muitos setores de saúde que, segundo ele, veem na doença do servidor “um pretexto para não trabalhar”. “Mesmo se fosse verdade e os trabalhadores comessem a usar isso de fato como desculpa, então há algo errado e o tribunal é que está doente. Licenças falsas atestam insatisfação, desmotivação”, ponderou Ponciano. Diante dos argumentos, o desembargador Aloysio Santos considerou que, em que pese o assunto ser “sensível”, é preciso estabelecer parcerias entre o tribunal e o sindicato para tratar do tema.

Ponciano lembrou que há cartórios com 9 ou 10 mil processos: “Isso é desumano para o próprio magistrado”. De acordo com Aloysio Santos, o problema ocorre em todo estado do Rio. “Mas com maior incidência, certamente, em Itaguaí, Itaboraí, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda. Vocês têm toda a razão”, disse ele.

Deficientes e homofetivos

A reunião foi concluída com duas solicitações do sindicato. A primeira feita por Dulavim de Oliveira Lima Júnior, diretor integrante do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe, que cobrou novamente a entrega pelo TRT da listagem e dados relacionados a todos os servidores com deficiência. Em seguida, Ponciano solicitou que o presidente do TRT seguisse resolução do STF sobre a extensão da cobertura do plano de saúde para companheiros ou companheiras de servidores homossexuais. Aloysio afirmou não ser ortodoxo ao examinar a questão: “Numa seara judiciária, o que a lei não veda é permitido”.

“Eu acho difícil que a solução saia de dentro pra fora porque sempre se usará o artifício jurídico: no direito administrativo nem sempre o que a lei não veda é possível fazer. Agora, vindo de decisões de fora que nos obriguem... Considero que este não é um problema social, este é um fato social. Não sou contrário a nada disso. Só sou administrador. O melhor caminho seria o STF decidir”, disse Aloysio Santos.

*Da Redação

Cresce a mobilização da categoria no Rio

Texto e fotos
Max Leone*
Henri Figueiredo*

Cientes da importância de estarem mobilizados neste momento, o funcionalismo do Poder Judiciário Federal no Rio participou na quarta-feira, 23 de setembro, de mais um Dia Nacional de Luta pela Revisão Salarial e pelo Plano de Carreira, dentro do calendário de lutas proposto pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). Servidores do Tribunal Regional Federal (TRF), na rua do Acre; da Justiça Federal, na avenida Venezuela e na avenida Rio Branco; do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) na rua do Lavradio; e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na avenida Presidente Wilson, estiveram envolvidos nos atos públicos convocados pela direção do Sisejufe. Quase 280 servidores assinaram as listas de presença do sindicato, mas a estimativa é de que muitos outros estiveram presentes nas manifestações. Um dos objetivos dessa constante mobilização é pressionar o presidente do Superior Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, para que envie imediatamente ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei sobre a revisão dos vencimentos dos servidores do Judiciário Federal.

“Estivemos com o Gilmar Men-



Lavradio: representante de base e diretores sindicais mobilizados

des na semana passada, quando entregamos em mãos um ofício cobrando o encaminhamento da proposta com as modificações que queremos. Mas isso não é suficiente. Precisamos mostrar união e força para pressionar o ministro”, declarou a diretora do Sisejufe Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, em frente ao prédio do TRT da Lavradio.

O diretor sindical Willians Faustino convocou os servidores da Justiça do Trabalho a participar da manifestação. Segundo ele, não adianta só ficar indignado com as condições ruins de trabalho e a falta de reajuste. “Não podemos levar essa indignação para casa, deixar guardada na gaveta ou até mesmo descontar na família. Temos que colocar para fora nas manifestações, demonstrar que nos

desagradou o corte do auxílio-alimentação no TRT e a possibilidade de ficarmos sem aumento no ano que vem”, pontuou.

Juízes continuam com prioridade

Em todos os atos do sindicato, a tônica era pela organização e a mobilização dos servidores. Na Justiça Federal da Venezuela, o diretor do sindicato Marcelo Neres ressaltou que está nas mãos da categoria o futuro do reajuste salarial. “Sem luta e mobilização, os servidores nunca tiveram aumento”. O discurso de Neres foi reforçado pelo colega e também dirigente do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares que afirmou: “A única coisa que está garantida é aumento zero para o ano que vem. Isso está

certo. Então, temos que mostrar que não queremos isso”.

No TRF da rua do Acre, os cerca de 40 servidores realizaram uma assembleia onde aprovaram por unanimidade a proposta de buscar uma negociação na medida do possível, com os tribunais superiores, até o dia 7 de outubro, quando ocorrerá mais um Dia Nacional de Luta pelo envio da proposta de revisão salarial para o Congresso. “Tanto o sindicato quanto a Fenajufe estão trabalhando para melhorar a proposta e forçar o envio imediato para o Legislativo. Mas temos que ter claro que os tribunais superiores têm priorizado a apreciação dos salários dos juízes e não dos servidores”, explicou Mariana Liria, diretora do Sisejufe.

No ato público organizado em frente à Justiça Federal da avenida Rio Branco aconteceu um debate acalorado. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano ressaltou que é falacioso o argumento da oposição de que o projeto de revisão salarial traz retrocesso. “A intransigência da oposição só atrasa o envio do projeto ao Congresso”, afirmou Ponciano. No local, das 11h às 13h40min, cerca de 50 servidores participaram das discussões e da mobilização para pressionar o STF a enviar ao Congresso o anteprojeto de revisão salarial.



TRF: ato na rua do Acre reuniu dezenas de servidores



TRE: mais de 100 servidores da Justiça Eleitoral na manifestação

Atos do dia 23 de setembro pela revisão salarial e Plano de Carreira reuniram centenas de servidores diante do TRE, TRT, TRF e Justiças Federais

Servidores do TRE fazem o maior ato

O último tribunal em que os servidores desceram para a manifestação foi o TRE, da avenida Presidente Wilson, onde aproximadamente 100 servidores, das 14h às 16h, ouviram atentamente os informes acerca do anteprojeto de revisão salarial. O diretor do Sisejufe e da Fenajufe Valter Nogueira Alves coordenou as intervenções e salientou a necessidade de se pressionar agora pelo envio e aprovação da proposta ao Congresso Nacional. “Se a nossa proposta não for aprovada, podemos deflagrar uma greve em pleno processo eleitoral. Digo isso porque os 11,98% que nós conseguimos no Judiciário foi graças a uma mobilização, em especial da Justiça Eleitoral, que ameaçou anos atrás fazer uma paralisação, inclusive durante as eleições”, lembrou Valter.

O diretor do sindicato e da federação disse que a mobilização naquele dia estava acontecendo nacionalmente e que alguns sindicatos decidiram por paralisações de 24 horas. Valter informou aos servidores de há indicativos no STF para o envio da proposta ao Congresso e leu trechos de um documento encaminhado aos tribunais superiores



Na foto maior, no alto, o ato do TRE. Na foto acima a manifestação na JF da Rio Branco

com a apresentação de sugestões à minuta do projeto de lei referente à revisão da Lei 11.416, que trata da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União. O documento, do STF, pede eventuais sugestões até o dia 30 de setembro, e convida os presidentes dos tribunais superiores para uma reunião em 7 de outubro – onde a proposta deve ser fechada.

O agente de segurança do TRE Moisés Santos Leite, que também é diretor do Sisejufe, diante do ato público com mais expressiva participação de servidores no dia, conclamou os colegas a manterem a mobilização: “É muito gratificante ser servidor da Justiça Eleitoral e estar com os colegas das demais justiças federais querendo uma coisa só: a revisão salarial imediata e a construção do Plano de Carreira. Parabéns a todos que estão aqui mobilizados. Temos pouco tempo, qualquer proposta de revisão salarial tem de ser aprovada no Congresso até ao final de junho de 2010, por se tratar de ano eleitoral”.

O servidor da Justiça Eleitoral Rinaldo Martins, presente também nesta manifestação, disse que o anteprojeto dos diretores gerais dos tribunais superiores traz para o Judiciário a “implementação da lógica perversa da produtividade tal como na inici-



Diretores sindicais explicaram o andamento do anteprojeto de revisão salarial em todos os atos públicos

ativa privada”. De acordo com Martins, tal mecanismo já está sendo implementado: “Saiu essa semana a resolução do CNJ que determina que todo o Judiciário Federal vai ter que trabalhar oito horas e, em especial, a Justiça Eleitoral. O argumento, que pode ser visto lá nos considerandos da resolução, é que o aumento da carga horária vai gerar aumento de produtividade”.

*Da Redação.

Assédio moral se agrava em Teresópolis. Agora, juiz persegue pessoalmente oficial de justiça

Além da representação protocolada no dia 28 de maio contra o assédio moral que teria sido praticado pelo juiz titular da 1ª Vara de Teresópolis, Alcir Luiz Lopes Coelho, o Sisejufe tem acompanhado os desdobramentos. Entre os fatos graves, estaria o aprofundamento da prática de assédio moral, que seria protagonizado pelo juiz, em especial contra um oficial de justiça. O servidor estaria sendo sen-

do vigiado ao ponto de ter sua mesa de trabalho colocada junto da mesa do diretor de secretaria. O oficial de justiça teria sofrido retaliações por não ter encontrado um endereço com um número inexistente em determinada rua. Para a diretoria do Sisejufe, normalmente, o assédio moral constitui um conjunto de atitudes que derivam da má condução do poder subordinante, no

caso um agente público, em relação aos subordinados.

O clima de apreensão é tamanho que faz com que na Vara Federal de Teresópolis muitos servidores, em cargos ou funções de confiança, fiquem calados diante dos fatos, por temer perder a FC ou CJ. Segundo informações do setor, há aqueles preocupados com a reprovação no estágio probatório, com o mapea-

mento da origem das denúncias e a instituição de possíveis remoções arbitrárias. Em Teresópolis, alguns servidores que anteriormente se opuseram às atitudes do juiz teriam sido sumariamente removidos. A direção do sindicato alerta que o repúdio a essa postura deve ser veemente e cabe a cada atingido denunciar ao Sisejufe os fatos que poderão ser acrescentados à representação em andamento.

Aprovados recursos para auxílio-alimentação do TRT

Deputados federais e senadores aprovaram em sessão conjunta, no final de setembro, dez projetos de que modificam o Orçamento da União. Entre eles o PL 30/2009 que autoriza a transferência de R\$ 26,7 milhões dos recursos de custeio da Justiça do Trabalho para o pagamento de auxílio-alimentação e assistência pré-escolar dos servidores. No entanto, segundo informações da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o valor não é suficiente para pagar todo o passivo de auxílio-alimentação de julho a dezembro (veja reportagem nas páginas 8 e 9 desta edição) Há necessidade de complementa-

ção. O projeto segue para sanção presidencial.

Diante dessa situação, a direção do Sisejufe entrou com ação de procedimento comum pelo rito ordinário na Justiça, com pedido de tutela antecipada, para que o auxílio-alimentação dos servidores TRT, filiados ao sindicato, não sofra redução. A medida deriva do súbito corte no valor do benefício, que passou de R\$ 590 para R\$ 324, a partir do mês de agosto de 2009. A assessoria jurídica do sindicato pediu urgência na tramitação do processo (2009.51.01.021655-9), que deverá ser apreciado em breve.

CJF delibera contra extinção do cargo de agente de segurança

A decisão do Conselho da Justiça Federal (CJF), no julgamento do Processo Administrativo 2008.16.3026, recomenda às unidades da Justiça Federal de 1º e 2º graus a manutenção do cargo de técnico judiciário especialidade Segurança e Transporte. O voto do conselheiro relator, Luiz Alberto Gurgel, aprovado por unanimidade, propõe a revogação da Portaria 34/2001, que sugere a transformação dos cargos de Segurança para Técnicos de Área Administrativa à medida que ficassem vagos. Ressalta ainda a importân-

cia dos agentes com a instituição da GAS na Lei 11.416/2006, a previsão de porte contida no PL 2.057/2007, e a tramitação da criação da Polícia Judicial na PEC 358/2005.

O processo administrativo foi instaurado, de acordo com o relatório, a partir de recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o conselho deliberasse sobre a conveniência da continuidade dos cargos de agente ou a progressiva transferência de suas funções à iniciativa privada.





CSJT uniformiza assistência pré-escolar para magistrados e servidores

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) publicou no dia 21 de setembro o Ato 150/2009 uniformizando o Programa de Assistência Pré-escolar, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Serão beneficiadas as crianças com até cinco anos, dependentes dos magistrados e servidores em efetivo exercício. O pagamento será feito por meio do auxílio pré-escolar, cujo valor único foi fixado pelo CSJT, por meio do Ato 245/2008, publicado em 10 de dezembro de 2008. O programa é extensivo a dependentes de servidores requisitados, removidos, cedidos, em exercício provisório e dos ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo com a administração pública, condicionado à disponibilidade orçamentária.

Além dos filhos, são considerados dependentes os enteados, menores sob guarda e tutela e portadores de necessidades especiais, de qualquer idade, cujo desenvolvimento biológico e psicomotor correspondam à faixa etária prevista. A condição deve

ser comprovada por meio de atestado médico. Para se habilitar a receber o benefício em favor do dependente, o magistrado ou servidor deverá apresentar requerimento próprio, cópia da certidão de nascimento do dependente, e declaração de que o dependente não usufruiu benefício com a mesma finalidade, custeado pela administração pública. É importante frisar que o benefício não se incorpora aos vencimentos, não constitui rendimento tributável, nem sofre incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social.

O conselho informa que um dos fatores para a edição do ato foi a ausência de critério uniforme para a concessão da assistência pré-escolar e a diversidade de procedimentos praticados pelos TRTs. O programa é custeado pelos tribunais regionais, por meio de verbas específicas em seus orçamentos, cuja previsão de valores deverá ser incluída na proposta orçamentária de cada ano. Os tribunais regionais têm até 30 de novembro deste ano para adequar suas normas internas

Comissão aprova projeto de lei que concede porte de arma a agente de segurança

O porte de armas para agentes de segurança do Poder Judiciário foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. O parecer, com complementação de voto apresentado pelo relator deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei

2.057/2007 e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com subemenda substitutiva, passou na comissão por unanimidade. A proposta prevê porte de arma para os agentes, limitando em 50% do quadro efetivo de cada órgão e para maiores de 25 anos de idade. A proposição segue para apreciação do Plenário da Câmara.

TRT cobra prazo para inventário de varas acima do limite físico dos trabalhadores

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) estabeleceu prazos insuficientes para inventariar processos, ou seja, cadastrar o andamento atual dos processos no computador e passar uma fitinha azul para mostrar que o processo foi digitado. De 21 a 25 de setembro, as varas ímpares ficaram fechadas e na semana seguinte foi a vez das pares. De acordo com os servidores e chefes, o prazo de uma semana não seria suficiente para terminar o inventário, porque o sistema é lento demais e cheio de filtros.

O Sisejufe reivindicou que os prazos fossem alongados já que a exigência de se fazer em uma semana está fora do alcance humano de servidores e de magistrados. O sindicato tem sido crítico da nova política de metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vê os

processos apenas de forma estatística, com isto sacrificando servidores e magistrados, que tem de trabalhar além da conta e do horário para cumprir metas que estão além da sua capacidade física e da estrutura de trabalho.

A criação de metas, sem levar em conta o limite humano e a estrutura real dos órgãos é parte da política da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que trata o serviço público como se fosse uma empresa privada destinada a gerar lucros. Os princípios que norteiam a eficácia do serviço público e a eficiência e lucratividade das empresas privadas são completamente diferentes.

[Nota elaborada a partir de comunicado do representante de base David Batista Cordeiro da Silva]

Convênio Unimed-Sisejufe

Até 15 de outubro é possível migrar de plano de saúde

O novo acordo firmado entre o sindicato e operadora vai beneficiar todos os funcionários filiados ao Sisejufe e seus dependentes, como cônjuge, companheiro (a) e filhos (as) com até 30 anos de idade. Os participantes terão opção de cinco planos: Personal (atendimento estadual) e Alfa, Beta, Delta e Ômega (atendimento nacional), com uma rede de atendimento de mais de 5 mil médicos cooperados e os melhores hospitais do Rio de Janeiro e mais de 100 mil médicos cooperados e 3,5 mil hospitais credenciados em todo o país. É importante frisar que as migrações só se darão entre planos similares. O convênio com a Uni-

med-Rio oferece uma campanha promocional para as adesões até 15 de outubro de 2009 com carência zero para todos os sindicalizados e seus dependentes oriundos do Brasil Saúde, do TRF e da JF. A cobertura passa a valer a partir de 1º de novembro de 2009. Não são abrangidos pela carência zero sindicalizados oriundos dos seguintes planos CAARJ, CASSI, DIX, Assim, Medial e Unimed-Rio; e também de planos similares acima de 58 anos. Para partos, permanece a carência de 210 dias. Vale ressaltar que os servidores que efetuarem a inscrição no plano de saúde Unimed-Sisejufe terão direito a concessão do benefício auxílio-saúde. Mais informações: sisejufe.org.br.

Sisejufe se reúne com diretor do Foro da JF

Na tarde de quarta-feira, 2 de setembro, os diretores do Sisejufe Roberto Ponciano e Valter Nogueira Alves estiveram reunidos com o diretor do Foro da Justiça Federal Alexandre Libonatti, na avenida Rio Branco. No encontro se tratou da regulamentação da remoção de servidores, sobre a inclusão de dependentes homoafetivos no plano de saúde dos servidores e sobre as novas regras que proíbem o uso de carros oficiais por juízes de primeiro grau.

Sobre a regulamentação das remoções, Libonatti se mostrou propenso a adotar algumas das sugestões colocadas pelo sindicato como, por exemplo, critérios objetivos na preferência da remoção, como idade, tempo de serviço e dependentes. Entretanto, o diretor do Foro expôs que o grande problema na remoção é o veto que as Administrações dos cartórios impõem aos servidores relotados. “Isso impede a muitos servidores que pedem relocação de conseguirem vaga na cidade designada”, disse Libonatti. Para o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, “há um grande preconceito contra servidores colocados à disposição”. “Como não há uma política de resolução de conflitos dentro dos cartórios”, diz Ponciano, “isso acaba com a remoção compulsória que penaliza o servidor já que ele passa a ser visto como ‘servidor problema’ mesmo que, na maioria dos casos, não seja”.

O diretor do Foro se mostrou preocupado com essa questão tanto que restringiu a colocação de servidores à disposição exigindo que todo o ato seja motivado e fundamentado pelo superior. A res-

trição serve para, de um lado, fazer com que o superior se responsabilize pelo ato de remoção abrindo, inclusive, sindicância contra o servidor que não cumpre com seu dever funcional; e, de outro lado, dá direito de defesa ao servidor que pode também até anular o ato – se ficar demonstrada falha na fundamentação, inclusive responsabilizando o administrador por eventuais acusações sem provas.

O diretor do sindicato Valter Nogueira Alves colocou, ainda na questão da relocação, a situação dos servidores que estão em licença médica. Para Valter, é uma injustiça que a partir do 31º dia um servidor doente possa ser relotado em qualquer lugar do estado. O diretor do Foro disse que a sua intenção não era penalizar os servidores, mas resolver um problema de logística, já que os cartórios ficavam privados se força de trabalho. Valter Nogueira Alves expôs que, se o servidor fosse colocado à disposição e não saísse de sua cidade, isso apesar de o penalizar não causaria um dano tão grave. Todavia, com a medida tomada pela Direção do Foro, um funcionário que hoje está lotado na capital,



Foto: Henri Figueiredo

Valter: discussão sobre a relocação de servidores em licença

por exemplo, durante a convalescença pode ser removido para Campos ou Itaperuna.

De acordo com o diretor Valter Nogueira Alves, essa situação tem causado transtornos, constrangimentos e pode criar situações de assédio moral. Para Roberto Ponciano, essas transferências causam problemas para o próprio Judiciário, já que servidores que antes eram considerados exemplares podem, depois de passar pela destruturação de sua vida familiar e afetiva, se tornar desestimulados em seu trabalho. O diretor do Foro, Alexandre Libonatti, informou que os critérios elencados na proposta de regulamentação sugerida e enviada pelo Sisejufe deverá resolver parte dos problemas, e se comprometeu a enviar ao sindicato a

minuta que está sendo preparada pelo Setor de Recursos Humanos assim que esta estiver pronta. Valter Nogueira Alves também tocou na questão do Código Internacional de Doenças (CID), cuja divulgação é vetada pelos Conselhos Federal e Regional de Medicina. Valter afirma que a divulgação do CID causa constrangimento aos servidores, já que o laudo é manuseado por vários funcionários. Libonatti contestou e disse que antes era que existia manipulação indevida dos laudos médicos pelos servidores – inclusive com a eventualidade de cópias. De acordo com o diretor do Foro, essa prática foi coibida com a exigência de que os laudos sigam lacrados até o Setor Médico.

O diretor Roberto Ponciano insistiu que esta medida não

Valter ressaltou que com a aprovação do porte de arma para os agentes de segurança, a economia com segurança privada será considerável. O diretor do Foro lembrou que a decisão sobre esse setor passa a priori pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), dirigido pelo desembargador Reis Friede.

resolve o problema, já que ao chegar no Setor Médico, o laudo continua sendo manipulado por pessoas estranhas à relação médico-paciente. O diretor do Foro alegou desconhecer o problema e disse que o sindicato ainda não havia encaminhado requerimento nesse sentido. O diretor do Sisejufe Valter Nogueira explicou que o pleito havia sido feito na gestão anterior e indeferido pelo então diretor do Foro, sendo que o mesmo requerimento será reencaminhado para apreciação de Libonatti.

AGENTES DE SEGURANÇA

Com a publicação da resolução 72, de 26 de agosto de 2009, pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), que proíbe os juízes de primeiro grau usarem viaturas, não haveria mais necessidade de os agentes de segurança estarem lotados nos cartórios. O sindicato vê isso como um avanço já que haverá um melhor aproveitamento dos agentes que poderão ser lotados em uma estrutura de transporte e segurança, que poderá atender a toda a demanda da Justiça nestas áreas. O Sisejufe solicitou ao diretor do Foro que analise essa nova situação, já que com um número maior de agentes disponíveis para a administração, esses poderão ser aproveitados em suas atividades fim. Para Libonatti, não existe ainda uma política definida para a utilização dos agentes

de segurança nas funções de vigilância, que hoje é desempenhada por uma empresa terceirizada, e dessa forma, vê dificuldades no remanejamento já que esses servidores são “para segurança institucional” e, na visão dele, isso não se confunde com “segurança patrimonial”.

O diretor do sindicato Valter Nogueira Alves defende uma política de substituição gradual das terceirizações por servidores concursados para o cargo – inclusive com a criação de uma Central de Agentes de Segurança. Libonatti, contudo, adiantou que ainda não tem uma posição fechada. Roberto Ponciano defendeu a ideia de uma central por já ter tido a experiência de trabalhar numa Central de Mandados. De acordo com Ponciano, uma central agiliza o trabalho e melhor aloca os recursos. Valter Nogueira defende que, com o remanejamento e a substituição de mão-de-obra terceirizada, haverá redução de custo para o Judiciário e o total aproveitamento dos servidores concursados. Valter ressaltou que com a provável aprovação do porte de arma para os agentes de segurança, a economia com segurança privada será considerável. O diretor do Foro lembrou que a decisão sobre esse setor passa a priori pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), dirigido pelo desembargador Reis Friede.



Ponciano: “há preconceito contra servidores colocados a disposição”

HOMOAFETIVOS

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano pediu o apoio ao diretor do Foro para a aprovação da demanda do sindicato sobre a inclusão dos companheiros ou companheiras de servidores homoafetivos em seu plano de saúde como dependentes, embora, Ponciano saiba que essa é uma decisão da Presidência do TRF.

Libonatti afirmou que viu o requerimento oficial do sindicato, mas que a decisão cabe ao Conselho de Administração do TRF. Para ele, o pleito é justo mas foge de sua alçada. Ponciano solicitou, então, que caso ele seja consultado a respeito, se manifeste favoravelmente.

*Da Redação

SISEJUF AJUÍZA AÇÃO PLEITEANDO DIREITO À PROGRESSÃO FUNCIONAL ANUAL/PROMOÇÃO AOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS

Em defesa de seus filiados, servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus que tiveram o congelamento das progressões funcionais anuais/promoções devido ao processo administrativo nº 2006169368 do CJF, o Sisejufe protocolou ação de procedimento comum pelo rito ordinário com pedido de tutela antecipada na Seção Judiciária do Distrito Federal.

A medida foi proposta em dois de setembro de 2009, para garantir aos filiados do sindicato (servidores da Justi-

ça Federal de 1º e 2º graus, avaliados em estágio probatório de 02 anos que tiveram progressão para o 4º padrão da classe “A” da respectiva carreira) o direito à manutenção da progressão funcional anual/promoção, nos termos do artigo 9º, §§ 1º e 2º da Lei 11.416/2006, entre outros fundamentos constitucionais e infraconstitucionais. O processo recebeu o número 2009.34.00.029512-6, patrocinado pela assessoria jurídica do sindicato, Cassel e Carneiro Advogados, com sede em Brasília.

Sisejufe informa sobre procedimentos da Sesau ao Conselho Regional de Medicina

Max Leone*

Após reunião da direção do Sisejufe com o secretário-geral do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Pablo Vazquez Queimadelos, a diretoria do sindicato encaminhou o ofício 20/2009 para notificar a ocorrência de possíveis irregularidades que estariam sendo cometidas pela Administração do Seção de Serviços de Saúde (Sesau) da Justiça Federal. A solicitação de Queimadelos do envio do documento foi feita em abril durante um encontro com os diretores do sindicato Ricardo de Azevedo Soares e Roberto Ponciano, quando foram apresentadas uma série de queixas dos servidores a respeito dos procedimentos que ocorreriam no setor.

Na ocasião, o representante do Cremerj solicitou que fosse pro-

tolado o ofício com os atos normativos que comprovassem os fatos relatados pelos diretores, para que as possíveis irregularidades fiquem evidenciadas e, em seguida, corrigidas. O documento foi endereçado ao presidente do Cremerj, Luís Fernando Soares Moraes. Entre outros pontos, a direção do sindicato questiona, no ofício, a possibilidade de ser exigida a indicação do Código Internacional de Doenças (CID) nos atestados médicos apresentados pelos servidores. De acordo com diretoria do Sisejufe, a Portaria 019-GDF, de 24 de março de 2006, torna explícita esta exigência da Administração. “Em seu Artigo 7º são elencadas alguns requisitos a serem observados quando o servidor for avaliado por médico externo e, no inciso II deste artigo, a Administração da exige que o laudo contenha o CID do paciente”, diz um trecho do

ofício ao Cremerj. A direção do sindicato relata ainda que nos casos de licença para tratamento de pessoa da família também seria feita tal exigência, nos termos do Artigo 18, inciso III, da mesma portaria.

Em relação ao questionamento, se é abusivo ou não a exigência de prazo para entrega de cópia do laudo médico, consta na IN 23/2005, que trata da norma para concessão de licença para tratamento de saúde, cujo período é de três dias úteis. O item 2 – procedimentos, no subitem 01.2, aborda o assunto. Também quanto à questão de se designar servidores que não sejam da área de saúde para a chefia de departamentos médicos não foram localizados os atos, pois são atos internos de nomeação, facilmente comprováveis numa simples inspeção. “Há de se ressaltar que se trata de um

consulta em abstrato, para que este sindicato esteja sempre municiado contra qualquer restrição que o sindicato considere ilegal, podendo assim defender seus filiados, caso a caso, respaldando-se nas orientações fornecidas por este conselho, que são de observância obrigatória por todos os médicos”, explica a direção do Sisejufe noutro trecho do documento.

Pedido de fiscalização

A direção do sindicato conclui o ofício reforçando o pedido para que o conselho fiscalize os departamentos médicos da Justiça Federal de 1º grau e Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para prevenir possíveis irregularidades em suas dependências, localizadas nos seguintes endereços: avenida Rio Branco 243, e avenida Venezuela 134, no bairro da Saúde.

*Da Redação

Ratificadas no Coren denúncias sobre irregularidades na Sesau

Henri Figueiredo*

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano esteve reunido, no início de setembro, com a chefe da fiscalização Conselho Regional de Enfermagem (Coren) Denise Sanchez e com o advogado do conselho Marcelo Moreira. No encontro, Ponciano ratificou denúncia enviada pelo Sisejufe ao Coren, em agosto, sobre as condições inadequadas de funcionamento do serviço médico da Justiça Federal nos foros da avenida Rio Branco e Venezuela. Na denúncia, o sindicato questiona se as dependências dos setores médicos estão de acordo com as exigências da Agên-

cia Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já que, para o sindicato, as instalações do setor médico da JF da Avenida Rio Branco não são tão adequadas.

Foi relatado ao Sisejufe que quando há qualquer tipo de fiscalização na avenida Venezuela, os funcionários são instruídos a não informar que existe um posto médico também na avenida Rio Branco. Na denúncia, o sindicato relata que há pessoas de fora da área da saúde nas funções de coordenação e questiona se isso é legal.

O diretor do sindicato Roberto Ponciano diz que a fiscalização do Coren considera irregular que a chefia seja ocupada por

servidor em desvio de função. O diretor do sindicato também relatou que embora haja dois postos de atendimento e três técnicos de enfermagem, apenas uma enfermeira se responsabiliza pelos dois postos de atendimento médico.

De acordo com o Coren, isso é irregular. Ou se fecha um dos postos ou se faz uma nova contratação de enfermeira – somente diplomados(as) em Enfermagem podem exercer a chefia do setor. Em breve, fiscais do Coren irão aos postos de saúde da Rio Branco e da Venezuela fazer a vistoria das supostas irregularidades.

O diretor sindical também relatou o caso do técnico em enfer-

magem Claudio Gil que foi vítima de assédio moral e acabou exonerado da Justiça Federal. Em confronto aberto com a legislação que regula as profissões da área de enfermagem, na sua avaliação funcional participaram nove médicos da JF.

De acordo com Denise Sanchez, do Coren, o procedimento avaliatório foi completamente ilegal, haja vista que somente enfermeiro de nível superior pode avaliar um técnico em enfermagem. O servidor exonerado vai procurar o Coren para denunciar mais esta irregularidade da Administração da JF.

*Da Redação



Foto: Maria do Socorro Branco/FUJ

Explicações: o diretor sindical Marcelo Neres (à esquerda) ouviu os representantes da Sesau em 28 de setembro

Em reunião, Sesau contesta as críticas do Sisejufe

Em reunião com o diretor do Sisejufe e também coordenador do Departamento de Saúde do sindicato, Marcelo Neres, no dia 28 de setembro, os representantes da Seção de Serviços de Saúde (Sesau) da Justiça Federal, na avenida Rio Branco, contestaram os pontos do ofício encaminhado pelo sindicato ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj). O responsável técnico pela Sesau, Dimas Soares Gonçalves, a supervisora do setor, Sandra Miguel, e a coordenadora da área da saúde e de benefícios, Lorena Teixeira, apresentaram justificativas para os procedimentos adotados no cotidiano do setor. Segundo eles, temas como a exigência de indicação do Código Internacional de Doenças (CID) nos atestados, a designação de pessoal que não seja da área da saúde para chefiar o departamento e a possibilidade de recusa de atestados de médicos de fora da Justiça poderiam ser discutidos diretamente com a Sesau.

No que diz respeito à colocação do CID no atestado, Dimas Gonçalves explicou que a indicação do código só é feita quando o servidor não comparece no setor para entregar o atestado no primeiro dia de afastamento. De

acordo com o responsável pela seção, se o funcionário estiver em condições de ir ao setor no primeiro dia de afastamento nem precisa apresentar o atestado.

“Nós estamos respaldados pela Resolução 1.851/2008 do Conselho Federal de Medicina (CFM), no item I do parágrafo único do Artigo 3º, que diz ‘quando o atestado for solicitado pelo paciente ou seu representante legal para fins de perícia médica deverá observar: I – o diagnóstico’. Se o servidor não aparece no primeiro dia, aí sim é pedido o preenchimento do CID”, explica Gonçalves.

O representante ressalta que o atestado deve ser entregue em envelope lacrado, com a inscrição “Confidencial”, no prazo de três dias úteis a partir do primeiro dia de afastamento. Somente o médico, garante, tem acesso ao documento e na evidência de uma violação do envelope uma denúncia é feita do diretor do foro, que tem a autoridade para instaurar uma sindicância.

“Nós também temos preocupação com o sigilo da informação. O Código de Ética dos Médicos nos pune se violarmos. Convenhamos que o prazo é para garantir a realização da

perícia médica. Deixar passar muitos dias dificulta periciar uma doença sem ter uma referência”, argumenta.

Os casos em que há reclamação quanto a recusa de atestados de médicos particulares, de fora da Justiça Federal, Dimas Gonçalves afirma que seriam minoria, mas não apresentou uma estatística. Segundo ele, é muito mais comum haver a extensão do prazo de licença em situações em que o atestado é de um médico de fora.

“Compete ao médico tratar do paciente que deverá descrever e como está o paciente. O médico particular pode até sugerir o afastamento, mas quem decide isso no final é o médico perito da Justiça, conforme o Artigo 3º da Resolução 126 do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Isso não quer dizer que discordamos do atestado e do tratamento e nem interferir nesse tratamento. Mas, somos responsável pela avaliação laborativa do servidor. Se está apto a trabalhar ou precisa de mais tempo de licença”, pondera.

O diretor do Sisejufe Marcelo Neres ressaltou que caso o servidor não concorde com o resulta-

do do exame pericial, e se sinta prejudicado, ele tem a prerrogativa de entrar com recurso administrativo e até questionar na Justiça. “Não é uma sentença absoluta. Pode haver contestação”, explica.

Sobre a designação de servidores de fora da área de saúde para chefiar o departamento, a supervisora do Sesau, Sandra Miguel, informou que o Sisejufe chegou a questionar o Ato 19, sendo que o Conselho de Administração avaliou que não há ilegalidade neste aspecto. A coordenadora Lorena Teixeira afirmou que desde 2004 o setor possui dois médicos designados como responsáveis técnicos pelo setor. Tanto Lorena quanto Sandra avaliam que para os cargos de coordenador e de supervisão não é necessário que os profissionais sejam da área da saúde.

“São funções de confiança e possuem função no campo administrativo. Não atuamos na área médica. Não há nenhum desvio de função”, diz Lorena. De acordo com Roberto Ponciano, o questionamento do Sisejufe é que o planejamento das atividades de saúde tem sido feitos por servidores não concursados na área médica.

Max Leone
Da Redação

Um Brasil rural na Marina da Glória

Pelo segundo ano consecutivo, o Rio de Janeiro será palco da maior feira de agricultura familiar da América Latina. Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Brasil Rural Contemporâneo – 6ª Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Fenafr) acontecerá de 7 a 12 de outubro na Marina da Glória. O objetivo do evento é ser um espaço de promoção, divulgação e comercialização dos produtos de agroindústrias familiares e de artesanato dos agricultores, pescadores artesanais, mulheres rurais, assentados da reforma agrária, beneficiados pelo Crédito Fundiário, extrativistas, aquicultores, quilombolas e indígenas. Todos são beneficiários das políticas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nas cinco edições anteriores (quatro em Brasília e uma no Rio de Janeiro) participaram 2.350 produtores agroindustriais e artesanais que movimentaram R\$ 40 milhões em vendas diretas e Rodadas de Negócios, que promovem negócios diretos entre empreendimentos da agricultura familiar com grupos compradores de redes de supermercados, hotéis e restaurantes. Os interessados em visitar a feira podem retirar convites na sede do Sisejufe, que fica na avenida Presidente Vargas 509, no 11º andar, no Centro do Rio.

Estão previstos shows de grandes artistas nacionais, como Gilberto Gil, que convida Bule Bule e as Sambadeiras de Barra de Pojuca (BA), e o Jongo do Grupo Filhos de Marambaia (RJ), no dia 7 de outubro, às 19h30min; Carlinhos Brown, com o Grupo Zambiapunga (BA), às 22h30min. No dia 8, é a vez de Martinho da Vila, às 22h30min. No dia 9, sobe ao palco, BNegão e os Seletores de Frequência, às 21h. E no dia 10 de outubro, Gabriel O Pensador, às 21h; e Chico César, à meia-noite, entre outros.



6ª Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária

7 a 12 de outubro de 2009
Marina da Glória

Ingressos

Na bilheteria da Marina ou no Sisejufe (para filiados).

Horários

De 7 a 9 de setembro: das 13h às 22h

De 10 a 12 de setembro: das 10h às 22h

Caixas Eletrônicas

Banco do Brasil e a Caixa vão disponibilizar quatro caixas eletrônicas para os visitantes.

Posto Médico

Terá ponto de atendimento médico e com ambulância.

25 mil metros quadrados de área

O Brasil Rural Contemporâneo ocupa 25 mil metros quadrados na Marina da Glória. A produção de agricultores familiares e assentados da reforma agrária de todo o País será exposta em cinco ambientes regionais, ocupados por 27 estandes coletivos estaduais de expositores das regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. A área coberta conta com seis espaços temáticos – Amazônia, Praça da Cachaça, Praça dos Orgânicos, Praça do Artesanato/Ofícios, Talentos do Brasil e Organização Produtiva das Mulheres Rurais – e sete espaços de redes de cooperativas e associações. Nestes

Sindicalizado pode mais: reserve e retire ingressos para a feira Brasil Rural Contemporâneo no sindicato

locais, que reúnem até 16 expositores, o visitante pode ver, degustar e comprar diretamente produtos de qualidade.

A área construída abriga também o Espaço Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Espaço Territórios da Cidadania/Territórios Digitais, Casa do In-cra, o Espaço NEAD, o Espaço Mais Alimentos, o Espaço Brincante e o Espaço Excelência em

ATER. O Brasil Rural Contemporâneo é mais que um ambiente de convivência e lazer. É também um espaço de grandes negócios, que vão além das vendas diretas nos estandes durante os seis dias de Feira. Um desses espaços é a Rodada de Negócios, que proporciona contato direto entre agricultores familiares e atacadistas, varejistas e representantes de redes de supermercados e de hotéis.

Agrotóxicos no seu estômago

João Pedro Stedile*

Os porta-vozes da grande propriedade e das empresas transnacionais são muito bem pagos para todos os dias defender, falar e escrever de que no Brasil não há mais problema agrário. Afinal, a grande propriedade está produzindo muito mais e tendo muito lucro. Portanto, o latifúndio não é mais problema para a sociedade brasileira. Será? Nem vou abordar a injustiça social da concentração da propriedade da terra, que faz com que apenas 2%, ou seja, 50 mil fazendeiros, sejam donos de metade de toda nossa natureza, enquanto temos 4 milhões de famílias sem direito a ela.

Vou falar das consequências para você que mora na cidade, da adoção do modelo agrícola do agronegócio. O agronegócio é a produção de larga escala, em monocultivo, empregando muito agrotóxicos e máquinas. Usam venenos para eliminar as outras plantas e não contratar mão de obra. Com isso, destroem a biodiversidade, alteram o clima e expulsam cada vez mais famílias de trabalhadores do interior.

Na safra passada, as empresas transnacionais, e são poucas (BASF, Bayer, Monsanto, Du Pont, Syngenta, Bungue, Shell química...), comemoraram que o Brasil se transformou no maior consumidor mundial de venenos agrícolas.

Foram despejados 713 milhões de toneladas! Média de 3.700 quilos por pessoa. Esses venenos são de origem química e permanecem na natureza. Degradam o solo. Contaminam a água. E, sobretudo, se acumulam nos alimentos.

As lavouras que mais usam venenos são: cana, soja, arroz, milho, fumo, tomate, batata, uva, moranguinho e hortaliças. Tudo isso deixará resíduos para seu estômago. E no seu organismo afetam as células e algum dia podem se transformar em câncer.

Perguntem aos cientistas aí do Instituto Nacional do Câncer, referência de pesquisa nacional, qual é a principal origem do câncer, depois do tabaco? A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) denunciou que existem no mercado mais de vinte produtos agrícolas não recomendáveis para a saúde humana. Mas ninguém avisa no rótulo, nem retira da prateleira.

Antigamente, era permitido ter na soja e no óleo de soja apenas 0,2 mg/kg de resíduo do veneno glifosato, para não afetar a saúde. De repente, a Anvisa autorizou os produtos derivados de soja terem até 10,0 mg/kg de glifosato, 50 vezes mais. Isso aconteceu certamente por pressão da Monsanto, pois o resíduo de glifosato aumentou com a soja transgênica, de sua propriedade.

Esse mesmo movimento estão fazendo agora com os derivados do milho.

Depois que foi aprovado o milho transgênico, que aumenta o uso de veneno, querem aumentar a possibilidade de resíduos de 0,1 mg/kg permitido para 1,0 mg/kg.

Há muitos outros exemplos de suas consequências. O doutor Vanderley Pignati, pesquisador da UFMT, revelou em suas pesquisas que nos municípios que têm grande produção de soja e uso intensivo de venenos os índices de abortos e má formação de fetos são quatro vezes maiores do que a média do estado.



Perguntem aos cientistas aí do Instituto Nacional do Câncer, referência de pesquisa nacional, qual é a principal origem do câncer, depois do tabaco? A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) denunciou que existem no mercado mais de vinte produtos agrícolas não recomendáveis para a saúde humana. Mas ninguém avisa no rótulo, nem retira da prateleira.

Nós temos defendido que é preciso valorizar a agricultura familiar, camponesa, que é a única que pode produzir sem venenos e de maneira diversificada. O agronegócio, para ter escala e grandes lucros, só consegue produzir com venenos e expulsando os trabalhadores para a cidade.

E você paga a conta, com o aumento do êxodo rural, das favelas e com o aumento da incidência de venenos em seu alimento.

Por isso, defender a agricultura familiar e a reforma agrária, que é uma forma de produzir alimentos saudáveis, é uma questão nacional, de toda sociedade.

Não é mais um problema apenas dos sem-terra. E é por isso que cada vez que o MST e a Via Campesina se mobilizam contra

o agronegócio, as empresas transnacionais, seus veículos de comunicação e seus parlamentares, nos atacam tanto.

Porque estão em disputa dois modelos de produção. Está em disputa a que interesses deve atender a produção agrícola: apenas o lucro ou a saúde e o bem-estar da população? Os ricos sabem disso e tratam de consumir apenas produtos orgânicos.

E você precisa se decidir. De que lado você está?

*Economista integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Ideias Entre

Rejane de Oliveira

Rejane Silva de Oliveira, 44 anos, é presidente do CPERS dos professores da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul. Alegre começou a atuar na Educação em 1982. Foi tesoureira do Sindicato (Porto Alegre) entre 1999 e 2002, tesoureira da CUT entre 2002 e 2005 e vice-presidente da direção central em 2005. Foi eleita com 45% dos votos (numa disputa entre quatro entidades). Rejane é a primeira negra a comandar o magistério em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense (Fapa) e também presidente dos Professores de Escolas Privadas do RS (Sinpro-RS). É membro do Conselho Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e presidente da CUT-RS. Em julho deste ano foi presa pela Polícia Militar à casa da governadora Yeda Crusius durante protesto contra a governadora, que foi indiciada pela Polícia Civil por "calúnia, difamação, cárcere privado e apropriação de patrimônio público", no que ela qualifica como tentativa de golpe sindical. Nesta entrevista, cuja ideia nasceu durante o Congresso Nacional em São Paulo, a partir de um contato do diretor do Sisejufe com a dirigente sindical revela o dia-a-dia da luta política com o governo do PSDB naquele estado. [Henri Figueiredo –

Ideias Que importância está tendo o movimento sindical no processo de *impeachment* da governadora Yeda Crusius?

Rejane – O nosso enfrentamento com o governo Yeda começou quando ele ameaçou, a exemplo do governo de Minas Gerais, as nossas carreiras. Uma das condições impostas pelo Banco Mundial (Bird) para conceder um empréstimo de 1 bilhão de dólares para o estado era a reforma nas carreiras de todas as categorias de servidores públicos. É importante destacar que o acordo com o Bird está sendo questionado pelos próprios servidores e pela oposição na Assembleia Legislativa. Demos corpo, no final do ano passado, para o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais (FSPE-RS), que passou a desenvolver uma série de ações no

sentido de defender os serviços públicos, em especial as carreiras. O Fórum é composto por dez entidades sindicais, que, somadas, englobam quase 90% do funcionalismo gaúcho. As campanhas do Fórum expuseram o governo e polemizaram o debate. Foi o Fórum que denunciou a corrupção no governo e envolvimento da governadora. Isso aconteceu com a campanha "Descubra a verdadeira face da corrupção", desenvolvida em fevereiro deste ano. *Outdoors* com uma face sem rosto foram espalhados pelas ruas de Porto Alegre e em outras cidades do estado. Nos cartazes, a frase: "dia 12 de fevereiro descubra a face da mentira, a face da corrupção, a face do autoritarismo..." Na revelação, uma ação do Ministério Público Estadual mandou retirar as imagens. A

imagem estampada era a cara de Yeda. Também é do Fórum o pedido de *impeachment* da governadora que tramita na Assembleia Legislativa.

Ideias Qual é a relação entre a corrupção no governo Yeda e a criminalização dos movimentos sociais?

Rejane – O governo Yeda tem uma característica: como não tem apoio social, embora o esforço da mídia na sua sustentação, se apoia na truculência e na repressão para tentar intimidar aqueles que se opõem às suas propostas. Os trabalhadores já enfrentaram bombas, cães e cavalos em manifestações. Na Marcha dos Sem do ano passado, pessoas foram feridas com estilhaços de bombas de efeito moral. Lideranças sindicais do FSPE-RS e da CUT estão sendo

Fotos: Caco Argemi/CPERS



indiciadas com regularidade. Eu respondo a cinco indiciamentos. A vice-presidente do CPERS/Sindicato, Neida de Oliveira, tem um indiciamento. Erico Correa, presidente do Sindicaixa, também responde por um indiciamento. Boa parte dos indiciamentos são

Revista liveira

CPERS/Sindicato – o sindicato dos professores do Sul. Natural de Porto Alegre do 39º Núcleo do CPERS/CPERS. Atualmente na direção central do sindicato entre 2005 e 2008. Em 2008, recebeu as chapas pelo comando da campanha ao magistério gaúcho. É formada em Porto Alegre. Já foi diretora do Sindicato dos Professores e atual diretora de Assuntos Jurídicos do CPERS em Educação (CNTE) e vice-comandante da Brigada Militar em frente ao combate à corrupção e acabou sendo preso privado e danos ao patrimônio de intimidação do movimento. Participou do Congresso Nacional da CUT, em Porto Alegre. Atualmente, trabalha sempre da vez mais acirrada contra a corrupção.]

resultados de uma ação desenvolvida em frente à residência da governadora, em Porto Alegre. Naquele 16 de julho, quando estávamos encerrando o protesto, fomos presos e conduzidos à Delegacia de Polícia. Fomos criticados por setores da imprensa pela realização de uma atividade em frente a uma residência privada, mas neste caso tem uma particularidade: a casa da governadora é alvo de investigações, pois paira sobre ela a acusação de ter sido adquirida com recursos de caixa dois de campanha eleitoral. Sua aquisição por R\$ 750 mil, quando preço de mercado é de aproximadamente R\$ 1 milhão, ainda não foi explicada. No dia 21 de agosto, um policial militar, já identificado, mas cujo nome é mantido em sigilo pela Secretaria de Segurança Pública, assassinou um integrante



te do MST, o companheiro Elton Brum da Silva, 44 anos, com um tiro nas costas, durante desocupação da fazenda Southall, no município de São Gabriel, na região central do Estado.

Ideias A sociedade tem sido solidária com o movimento sindical e social? Quais as possibilidades de o movimento sindical sair vitorioso deste enfrentamento?

Rejane – Digamos que a solidariedade tem sido uma das nossas fortes aliadas no processo de enfrentamento com o governo. Uma demonstração de que o governo veio com o propósito de minar as resistências dos servidores foi o corte das cedências de dirigentes do CPERS/Sindicato. Todos os nossos diretores de núcleos – são 42 núcleos distribuídos pelo Estado – e parte da direção central tiveram suas liberações negadas. Isso dificultou muito, mas não impediu o nosso trabalho. Neste ponto tem sido importante a solidariedade de outras entidades. Friso aqui a importância da unidade criada em torno do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais. Numa iniciativa do Fórum, desenvolvemos este ano uma caravana pelo Estado com o tema “Fora Yeda!” Por onde passou, a caravana foi bem recebida pela sociedade, que entendeu a nossa proposta e entendeu como justa a nossa luta, sobretudo a defesa das carreiras. Na educação, a secretária Mariza Abreu,

um dos pilares do governo na sua primeira metade, caiu recentemente. Caiu porque desde o início optou pelo enfrentamento. Ela foi a responsável pelos cortes na cedência de diretores do CPERS/Sindicato e pelo corte de ponto daqueles que participaram da greve realizada no fim do ano passado. Caiu porque não conseguiu cumprir o papel a ela determinado pelo Banco Mundial, por empresários e pela governadora: alterar os planos de carreira do magistério e dos funcionários de escola. Uma derrota imposta pela nossa resistência. Mariza deixa tristes lembranças para a educação gaúcha. São resultados do seu trabalho: a enturmação (junção de turmas com até 50 alunos em sala de aula), a multisseriação (alunos de séries diferentes numa mesma sala de aula), o fechamento de setores (bibliotecas e laboratórios), as escolas de lata (uso de contêineres como salas de aula), e a municipalização e cessação de escolas.

Ideias Poucas notícias sobre os escândalos do governo Yeda saem do Rio Grande do Sul e poucas são retratadas no próprio Estado. Como é que se dá a convivência dos meios de comunicação com o governo?

Rejane – A ampla maioria dos veículos de comunicação do Estado ainda está tentando dar sustentação ao governo. A mídia da voz aos defensores do governo sobre as denúncias de

corrupção que envolvem a governadora e pessoas próximas a ela e ao seu governo. Notícia “requentada” é afirmação frequente. “Precisa de um fato novo” é outro mantra repetido com entusiasmo pelos meios de comunicação do Estado. Os deputados da base do governo que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pelo Legislativo gaúcho têm feito de tudo para impedir as investigações. O relator, que é da base governista, não comparece às reuniões da CPI, inviabilizando os encaminhamentos. A mídia simplesmente não questiona. Embora mínimas, os escândalos têm tido certa repercussão nacional. O correspondente de um dos mais influentes jornais do País foi inclusive impedido de entrar no Palácio Piratini. Contra isso, a mídia local não se insurge. Contra o uso da TVE, empresa pública, como braço do governo, ninguém fala nada. Mas o corporativismo é grande quando os grandes monopólios são enfrentados. Não tenho dúvida de que o bloqueio da mídia em relação as nossas ações, sempre procurando colocá-las em segundo plano ou atacá-las, é usado para defender aquele que é o governo mais impopular e corrupto do País.

Ideias em Revista agradece a colaboração do jornalista João dos Santos Silva, assessor de imprensa do CPERS/Sindicato.

Ex-guerrilheiro tupamaro é o líder na corrida presidencial do Uruguai



Texto
Clarissa Pont*
Fotos
Eduardo Seidl*



“Pepe”, como é conhecido pelos uruguaios, é um homem de 74 anos de intensa dignidade e simplicidade. Ainda durante os anos de ditadura militar no país vizinho, ele passou, junto a outros dirigentes tupamaros, mais de doze anos preso. Por dois anos, o possível futuro presidente esteve praticamente enterrado vivo, no fundo de um poço. Ele e os companheiros submetidos a mesma tragédia ficaram conhecidos como os “reféns”. Mujica saiu da prisão, junto com a companheira de vida e de luta, Lucía Topolansky, e mesmo hoje em dia não parece nem de longe um candidato à presidência, mas reúne histórias incríveis e avalia com destreza e ironia os desafios de um próximo governo de esquerda no Uruguai.

“O que é o socialismo? O que era e o que será amanhã?”, pergunta Mujica, desafiador. “O nosso programa de governo corresponde a uma aliança de partidos que reivindica historicamente um conjunto de reformas a favor de desenvolver uma sociedade o mais igual possível. Alguns podem ter visões mais socializantes, outros menos, mas estamos comprometidos a estabelecer um conjunto de reformas que ajudem a diminuir tanta distância na nossa sociedade”, avalia a figura folclórica, cabelos brancos, que cruza com uma lambreta as ruas de Montevideú. A referência é ao grande número de forças que convergem na Frente Ampla, mas divergem em muitos pontos cruciais para a formação de um plano de governo único.

Possivelmente o mais notório dos movimentos de guerrilha na América Latina, os tupamaros incendiaram o Uruguai. Entre 1971 e 1986, foram cerca de uma centena de ações armadas a fim de obter recursos para manter a luta política. Depois da abertura do país, depuseram as armas e, em 1995, passaram a integrar a Frente Ampla, onde já elegeram um número representativo para o Congresso Nacional. Dentre eles, está o senador mais votado em 2004, José “Pepe” Mujica, e candidato da coalizão de esquerda à presidência do país. Mujica, do Movimiento de Participación Popular (MPP), consolida a liderança para a eleição presidencial de 25 de outubro, apesar de não possuir a margem necessária para vencer a disputa no primeiro turno, segundo as últimas pesquisas divulgadas no país.

Apesar de Mujica significar a continuação do governo de Tabaré Vázquez, representa outro plano para o país, principalmente pela história de militância e luta. Ele explica o nascimento do movimento de libertação nacional tupamaro como uma reunião de militantes e pequenos grupos de esquerda na preparação para a autodefesa diante dos ataques golpistas da ditadura. Mujica, fala mansa que sai sempre quase em tom de brincadeira, conta que, no início, “não tínhamos uma intenção ofensiva determinada pela tomada do poder, senão que se tratava de uma atitude defensiva”. Fernandes Huidobro confirma essa versão, em uma obra fundamental para entender a história do país vizinho, *Historia de los Tupamaros*, onde conta as origens do movimento revolucionário liderado por Raúl Sendic.

Frente Ampla lidera as pesquisas

Mais de duas décadas depois, em outubro de 2009, a Frente Ampla aparece com 42% das intenções de voto, contra 32% para o Partido Nacional, do ex-presidente centro-direitista Luis Lacalle, e 12% para o também de direita Partido Colorado, segundo pesquisa da Interconsult. Na pesquisa divulgada em setembro pelo mesmo instituto, a Frente Ampla somava 45% das intenções de voto. A queda é pequena, mas preocupa, porque reflete a mais recente controvérsia em torno de Mujica. No livro de entrevistas “Pepe, Colóquios”, lançado na Feira do Livro de Montevideú, Mujica ataca a classe política da Argentina, põe em dúvida o sistema democrático do país vizinho e também ataca alguns companheiros da Frente Ampla.

“Los Kirchner son de izquier-

da, pero una izquierda que, *mamma mía*, é una patota”; “Carlos Ménem es mafioso y ladrón” y “los radicales son tipos muy buenos pero unos nabos”, são algumas das pérolas de Mujica contra os argentinos. Segundo o jornalista Alfredo García, autor do livro publicado pela editora Fin de Siglo, tudo não passa de um mal-entendido porque todas as linhas foram tiradas do contexto inicial das entrevistas. As declarações foram reproduzidas pela revista uruguaia *Búsqueda* e repercutiram tão mal que, na tentativa de esfriar os ânimos, Mujica concedeu uma entrevista em que reafirmou sua boa relação com os Kirchner, o que era inclusive criticado por opositores, segundo ele.

A polêmica chegou a tal nível que o presidente do país e líder da Frente Ampla, Tabaré Vázquez, teve de intervir. Em visita aos Estados Unidos, Vázquez qualificou como “absurdas” as declarações de Mujica sobre a Argentina, país que está enfrentando o Uruguai na Corte Internacional de Justiça, em Haia, sobre a poluição do fronteiro Rio da Prata por uma fábrica de celulose localizada na margem oriental do rio. Sobre o impasse com o país vizinho em relação às papeleiras, Mujica afirma que nunca quis ser consenso, “porque minha preocupação de um Sul desenvolvido é muito mais primitiva que isso. Se pudermos liquidar com a indigência e cortar a pobreza pela metade, é por isso que vamos lutar no governo. O Uruguai é um país muito pequeno para ser comparado com a Argentina ou o Brasil. Estamos entre dois colossos para a nossa dimensão, num mundo onde todos precisam de impostos e geração de emprego para prosperar”.

Se as declarações sobre a Argentina causam desconforto, Mujica é um grande entusiasta do presidente brasileiro. “Eu gosto de falar que sou admirador do presidente Lula. Em que sentido? Lula é um senhor presidente, com um grande núme-



Evento de campanha: reportagem de Ideias em Revista acompanhou atos políticos no Uruguai

ro do parlamento que vota contra, e mesmo assim logra manejar um país com as dimensões do Brasil, com os problemas que tem. E por que ele consegue isso? Porque negocia, negocia e negocia, tem a paciência de um velho dirigente sindical. E esse é o espírito que devemos ter nesse tema. Aliás, aqui entre nós, deveríamos clonar o Lula pela América Latina”, animou-se o candidato.

Caso nenhum partido tenha mais da metade dos votos no próximo 25 de outubro, acontece um segundo turno em 29

de novembro, na mesma data das esperadas eleições hondurenhas. No dia em que os uruguaios escolhem o novo presidente, votam também em um referendo onde a população decidirá se quer instalar uma Comissão da Verdade para julgar crimes do período da ditadura, o que depende da Justiça derrubar a Lei da Caducidade que protege os agentes da repressão. “Digo-te que meus sonhos me levam hoje a crer que, para construir algum dia uma sociedade melhor, é preciso um país rico materialmente e tre-

mendamente incluído e culto. Não por ter essas duas coisas se irá criar uma sociedade socialista, mas sem essa questão prévia de massificação de conhecimento e cultura e de riqueza compartilhada, não há condição. Não caminha isso de se igualar por baixo, temos que nos igualar por cima. Mas esse é o meu sonho, e eu tenho 74 anos, assim que, em todo caso, conquistar este sonho é para uma geração mais jovem”, encerra Mujica.

*Jornalistas.



José Pepe Mujica: ex-guerrilheiro de 74 anos é o candidato favorito nas eleições de 25 de outubro

Imprensa megalomanica trata golpista como “presidente interino”

Temos pelo menos dois efeitos “positivos” do golpe em Honduras: o reconhecimento mundial do protagonismo brasileiro e a queda das máscaras “democráticas” da Grande Mídia e da oposição

Texto e fotos
Maria Eugênia Sá*
Vinícius Souza

Antes de mais nada, é preciso restabelecer a verdade: o presidente legítimo de Honduras, Manuel Zelaya, NÃO tentava sua reeleição. Ele propunha uma consulta popular para um plebiscito que, SE aprovado, ocorreria no NO MESMO DIA, das eleições presidências já marcadas para novembro. Portanto, Zelaya NÃO poderia se reeleger!! Assim, o governo golpista (ou “de fato”, como contraposição à expressão “de direito”) NUNCA poderia ser chamado de “interino”. Mas a imprensa hegemônica no Brasil está mais interessada em torcer os fatos com fins políticos do que em apresentar o que efetivamente ocorre em Honduras.

Este preâmbulo se torna necessário porque apesar do estado de sítio, dos milhares de detidos, dos mortos e do fechamento de rádios e TVs, a “justificativa oficial” do regime golpista segue sendo repetida pela chamada Grande Mídia. E isso mesmo com a declaração pública do usurpador Roberto Micheletti, em 30 de setembro, de que “tiram Zelaya por seu esquerdismo e corrupção. Ele foi presidente, liberal, como eu. Mas se

tornou amigo de Daniel Ortega, Chávez, Correa, Evo Morales [...] a posição do presidente deposto ‘preocupou’ as autoridades do país, porque ele ‘se tornou esquerdista’ e convidou ‘comunistas’ para compor seu governo”.

Se logo após o golpe poucos se atreviam a apoiar os golpistas



abertamente, com a volta do presidente legítimo e o abrigo que recebeu na embaixada brasileira, as posições da ultradireita se escancararam. A revista Veja trouxe na capa a expressão “imperialismo megalomanico”, cunhada por seu blogueiro Reinaldo Azevedo, o primeiro a afirmar, ainda em julho, a mentira de que Zelaya foi retirado do posto “constitucionalmente” porque “queria dar um golpe para se perpetuar no poder”. A revista acusa o presidente de louco, diz que diplomacia brasileira é teleguiada por Chávez e que o abrigo dado ao presidente deposto vai contra “os interesses do Brasil”. A IstoÉ pergunta na capa: Por que o Brasil comprou essa briga? E apesar de afirmar em editorial que “na prática, o Brasil fez o que tinha que ser feito”, no mesmo parágrafo reforça a mentira de que Zelaya “foi apeado do poder após a sua investida contra uma cláusula pétrea da Constituição do país. Queriam o terceiro mandato”.

O rádio e TV seguiram na mesma linha. No Jornal Nacional de 24 de setembro, William Bonner abre a “matéria” principal da

noite com: “desde o dia da deposição de Zelaya, o governo que assumiu o poder em Honduras tem dito que a ação foi baseada na Constituição do país, que proíbe qualquer tentativa de reeleição pelo presidente”. Mais adiante, o repórter cita um “analista” que afirma que, “pela Constituição Hondurenha, se o presidente tenta a reeleição, ele já está cometendo um delito. E que a prisão de Zelaya foi uma decisão da Suprema Corte, que tem o papel de interpretar o que diz a Constituição. Mas o analista declara que a imagem de um presidente civil sendo preso de pijamas por militares se assemelha à de um golpe de estado, e que às vezes uma imagem pode ter mais peso do que diz a lei”. Entenderam? A Globo diz que não foi um golpe, só “pareceu” um golpe. E que, segundo o “cronista” da rede, Arnaldo Jabor, foi “democrático”...

Nos dias seguintes, em entrevista à rádio CBN, o assessor para assuntos internacionais da presidência, Marco Aurélio Garcia deixou o Carlos Alberto Sardemberg gaguejando ao afirmar que Zelaya não poderia tentar a reeleição porque a consulta que ele propunha seria no mesmo dia das eleições. À noite, ele foi obrigado a repetir a mesma coisa para a Mônica Waldvogel na GloboNews e usou a mesmíssima comparação entre a “desculpa Chávez” e o inexistente “ouro de Moscou”, que a direita alegava nos anos 60 e 70 ser a fonte de financiamento de todas as ações da esquerda no continente. Atualmente, a direita vê o “dedo” do presidente venezuelano em tudo. Tanto é que o senador pelo PSDB, Tasso Jereissati, apresentou no dia 1º de outubro à Comissão de Rela-

Marcha Mundial pela Paz: manifestação contra o golpe em Honduras no vão livre do Masp

A principal questão, obviamente, não é o fato do golpe de estado em Honduras e nem os interesses comerciais, políticos ou geoestratégicos do Brasil. A oposição, sem bandeiras para as eleições em 2010, precisa quebrar a popularidade de Lula a qualquer custo e inventa uma crise nova a cada semana.

ções Exteriores um parecer contrário à entrada da Venezuela no Mercosul, apesar do grande crescimento no comércio bilateral. Antes disso a Comissão já tinha convocado o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim para tentar arrancar dele qualquer indício de apoio ou convivência do Brasil no retorno de Zelaya a Honduras para poder acusar o governo de ingerência em um país estrangeiro.

Nos jornais impressos não foi diferente. A Falha de S.Paulo internacionalizou o termo “ditabranda” afirmando em editorial de 28 de setembro que “o regime chefiado por Roberto Micheletti em Honduras ocupa categoria bem mais tênue de ilegitimidade democrática. [...] O governo interino respeitou a linha sucessória constitucional, assegurou o poder em mãos civis e manteve o calendário das eleições presidenciais”. Para eles, se o Brasil não tivesse “se intrometido”, tudo se resolveria pacificamente com as eleições de novembro. O Estadão, por sua vez, publicou em 30 de setembro que Lula “fez exatamente aquilo que o ex-chanceler do México Jorge Castañeda recomendava [...] que o governo brasileiro não fizesse: um país que tem aspirações a ser um líder mundial ‘não pode aparentar cumplicidade com radicais’. O conselho chegou



tarde. O presidente Lula [...] caiu na armadilha armada por Hugo Chávez em Honduras [...] e mereceu crítica do representante dos Estados Unidos no Conselho Permanente da OEA, pelo apoio de seu governo ao comportamento ‘irresponsável e tolo’ do presidente deposto Manuel Zelaya”.

A declaração do representante interino dos EUA junto à Organização, Lewis Amselem, apesar de representar na verdade a divisão de posições políticas e interesses comerciais na chancelaria estadunidense (com atores ainda bastante ligados à administração Bush, especialmente o embaixador em Honduras, Hugo Llorens, um dos assessores do ex-presidente sobre a Venezuela em 2002), foi praticamente “comemorada” pela Grande Mídia nacional. Claro, afinal enquanto as TVs, revistas e jornais locais escalam ex-embaixadores do governo Fernando Henrique Cardoso para opinarem sobre o “desastre” das ações do Itamaraty e insinuarem que “não houve assim um golpe”, nenhum país no mundo reconheceu o governo Micheletti como legítimo.

E para revistas estrangeiras como a estadunidense Time, “o poder da potência da América do Sul tem sido reconhecido como o primeiro real contrapeso aos Estados Unidos no hemisfério ocidental”. E completa: “se um acordo eventualmente acontecer em Honduras, a imagem do Brasil como um poder regional vai decolar. Se não, Lula ain-

São Paulo, em 2 de outubro: evento reuniu representantes de Honduras, entidades sindicais (entre as quais a CUT), movimentos sociais (como o MST) e até as torcidas organizadas do Corinthians (Gaviões da Fiel) e do Palmeiras (Mancha Verde) pela tolerância, paz e contra guerras e golpes

da assim vai marcar ponto com sua base esquerdista do PT”. Isso sem falar no discurso aplaudido na ONU, no maior poder de decisão no FMI e na primazia do G20 sobre o G8. Onde no Brasil se lê análises assim? Somente nos blogs de jornalistas sérios, nos portais de esquerda e nos sites de notícias independentes.

A questão, obviamente, não é o fato do golpe de estado em Honduras e nem os interesses comerciais, políticos ou geoestratégicos do Brasil. A oposição sem bandeiras para as eleições em 2010 precisa quebrar a alta popularidade do presidente Lula de qualquer maneira e inventa uma crise nova, sempre insuflada pela mídia, a cada semana. Foi assim com o “mensalão”, com a “CPI da tapioca”, com a “marolinha”, com o Sarney, com a Lina/Receita... Não é por outro motivo que o pré-candidato do PSDB, o governador de São Paulo José Serra, classificou a atitude do Brasil de abrir a embaixada para Zelaya de “trapalhada”. Imagine o que a oposição diria se, como pedem os jornais agora, os funcionários não permi-

tissem sua entrada e o presidente legítimo de um país fosse preso ou morto às portas da representação brasileira!

Mas depois que a Folha publicou a “ficha da Dilma”, chamou a ditadura brasileira de ditabranda e estampou na primeira página que “ao menos” 35 milhões de brasileiros teriam complicações sérias por causa da gripe suína até setembro, Serra precisava mesmo de qualquer distração para a população não ver que foram criados mais de 242 mil empregos formais no Brasil em agosto, que o IBGE constatou 51 mil estudantes analfabetos no estado (confirmando o resultado pífio da Prova Brasil), que o metrô já não suporta o crescimento da população (o PSDB entregou só 11 Km em 14 anos de administração) e que a Fifa disse que São Paulo não tem estádio nem infra-estrutura para abrir a Copa do Mundo de 2014. E para piorar o quadro para a oposição, o Rio acaba de faturar as Olimpíadas de 2016.

*Jornalistas

Em agosto, a Câmara dos Deputados aprovou, em sessão extraordinária, o acordo do Brasil com a Santa Sé sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Com 20 artigos, o acordo, assinado pelo presidente Lula em novembro 2008, segue agora para aprovação do Senado. Um longo debate de mais de três horas tomou conta da Câmara antes da aprovação do acordo. Um requerimento pedindo a retirada de pauta da votação do acordo foi rejeitado pela maioria dos deputados. Leia aqui dois artigos: um contrário e um favorável ao Acordo Brasil-Vaticano.

Tratado problemático e inconstitucional



Luiz Antônio Cunha*

No maior sigilo, a Santa Sé conseguiu extrair do governo brasileiro uma Concordata. E agora apressa o Congresso Nacional para que referende o tal acordo. E sem discussão.

Em novembro de 2008, quando da assinatura da Concordata, no Vaticano, os cardeais e os diplomatas do Itamaraty foram unânimes: o acordo apenas consolidava a legislação brasileira concernente à Igreja Católica.

Que ficassem tranquilos os crentes das demais religiões, assim como os não crentes, porque nada mudaria.

Pois muda – e muito.

Não dá para acreditar que a Igreja Católica precise de uma Concordata para regulamentar sua atuação. No Brasil, onde ela desfruta de privilégios históricos, que interesses estariam ameaçados? Nenhum. Por quem? Por ninguém.

O que a Igreja Católica teme é o rápido aumento do número de evangélicos, de agnósticos e de ateus, correlativo à redução do número de católicos. Tentar reverter esse quadro é um direito de seus dirigentes, mas não instrumentalizando o Estado como na época do império, quando era religião oficial.

Dos 20 artigos da Concordata, 3 tratam de temas especificamente educacionais. Aliás, a Igreja Católica é a única instituição que sempre fechou questão em torno do ensino religioso nas escolas públicas.

Dentre outras religiões e denominações cristãs, as igrejas evangélicas foram tradicionalmente contra a inclusão dessa disciplina nos currículos dos sistemas públicos de ensino. As igrejas pentecostais, mais recentes, não fecharam questão sobre isso – umas são manifestamente contra, outras se dividem.

O conteúdo do artigo 11 do acordo remete a algo que a cúpula da Igreja Católica já teve e quer de volta: reserva de mercado no ensino público. Ela pretende manter uma disciplina no currículo das escolas públicas, contra o que existe, há muito, um amplo movimento, que se fortalece em diferentes setores e pelas manifestações de personalidades históricas do calibre de Rui Barbosa e Anísio Teixeira.

Aliás, o ensino religioso nas escolas públicas é a única disciplina do currículo escolar mencionada pela Constituição. O simples fato de ela constar da Carta Magna já denota a existência de uma força contra a qual esse dispositivo foi inserido – a laicidade prevalecente no âmbito do professorado e da população em geral, religiosa ou não. Laicidade que só quer pôr cada coisa em seu lugar, ensino na escola, e educação religiosa na família e na comunidade de culto.

A Concordata afronta, essencialmente, o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ele determina que o conteúdo da disciplina ensino religioso seja estabelecido pelos sistemas de ensino (especificamente pelos respectivos conselhos de educação), depois de ouvidas entidades civis constituí-

das pelas diversas confissões religiosas.

Assim, pode não haver “ensino religioso católico”, como estipula a Concordata, nem de nenhuma confissão específica.

Se esse conteúdo será de caráter histórico, sociológico, antropológico ou uma mescla das doutrinas religiosas conveniadas etc., isso dependerá das decisões de tais entidades civis.

A Concordata obriga o Estado brasileiro a tomar partido numa luta que divide o campo religioso: o ensino deve ser confessional ou interconfessional? Ora, um Estado laico não pode se envolver num problema desse tipo, que só diz respeito ao campo religioso – portanto, privado.

Por isso, a Constituição Federal foi lacônica ao tratar o tema. Ela não conseguiu evitá-lo, dadas as pressões do momento, mas garantiu um mínimo de liberdade curricular, determinando que o ensino religioso nas escolas públicas fosse facultativo para os alunos.

Tudo somado, o Congresso teria três boas razões para rejeitar a Concordata: ela é inconstitucional, porque feita com uma instituição religiosa, o que é vedado; ela é desnecessária para a livre prática do culto católico romano; e ela cria problemas com os crentes e os não crentes justamente onde há entendimento e tolerância.

*Sociólogo e educador, professor titular da UFRJ e coordenador do Observatório da Laicidade do Estado.

Artigo extraído do Instituto Humanitas Unisinos [http://www.ihu.unisinos.br]

O que a Igreja Católica teme é o rápido aumento do número de evangélicos, de agnósticos e de ateus, correlativo à redução do número de católicos. Tentar reverter esse quadro é um direito de seus dirigentes, mas não instrumentalizando o Estado como na época do império, quando era religião oficial.

Acordo Brasil-Vaticano. Algo comum

Bonifácio de Andrada*

O governo brasileiro, desde 2006, manteve contatos com a Santa Sé de personalidade jurídica internacional para a celebração do acordo referente à Igreja Católica no Brasil.

Assinado em novembro de 2008, quando da visita do presidente da República ao sumo pontífice, visa consolidar em um único instrumento jurídico a situação da igreja entre nós.

É um tratado internacional com dispositivos que asseguram garantias ao culto religioso e ainda regularizam a personalidade jurídica das instituições eclesiais de acordo com a legislação.

Acordos desse tipo são hoje comuns mundialmente, sobretudo no Ocidente, para garantir ao povo o direito às suas crenças.

O Estado democrático é laico, mas a nação é religiosa. Daí encontrarmos em vários países, como na Espanha, o acordo do Estado com a Comissão Islâmica (1922), com a Federação das Entidades Evangélicas (1996), com a Federação das Comunidades Israelitas e com a Igreja Católica.

Na Itália, há convênios do Estado com as igrejas cristãs Adventistas do Sétimo Dia (1988), com a Igreja Evangélica Luterana, com a União Cristã Batista, com a Assembleia de Deus, com a União das Igrejas Cristãs.

Na Alemanha, há com a Igreja Luterana, além de outras denominações religiosas, inclusive a católica.

Tratados dessa natureza, frutos da diplomacia internacional, asseguram em nosso tempo o culto religioso em diversos países.

No Brasil, a nossa tradição jurídica e política, muito influenciada pelo positivismo comteano desde a proclamação da República, não tem se preocupado com tais questões.

Mas o atual governo e a Santa Sé perceberam a necessidade de consolidar em um estatuto normas legais de interesse da Igreja Católica reconhecendo a sua personalidade jurídica, além dos seus direitos consagrados em nossas leis.

Sancionam, por exemplo, proteção ao patrimônio histórico-cultural da igreja, parte de nossa civilização, mas autorizando o acesso de todos que queiram conhecê-lo ou estudá-lo.

Também no acordo há referências ao ensino religioso, com preceitos não só para a Igreja Católica como também para todas as religiões, repetindo o texto da Constituição e da legislação, garantindo que a educação católica – e a de outras confissões – terá matrícula facultativa, sem nenhuma forma de discriminação.

De modo genérico, declara o empenho da República em destinar espaços para construções religiosas no Plano Diretor das cidades, sem mencionar a Igreja Católica.

Refere-se também à imunidade tributária constitucional que as religiões possuem e contém ainda o direito de seus ministros e fiéis de atuar no culto sem vínculos empregatícios, inspirando-se na lei que regula o voluntariado e na jurisprudência dominante sobre o tema.

O acordo, assim, não contém nenhum atentado à Constituição Federal e muito menos propicia privilégios para os bens da igreja. Respeitando plenamente o artigo 19 da Carta Magna, que proíbe a dependência do Estado de entidades religiosas

e proíbe alianças com elas, expressa, segundo aquela, a necessidade da colaboração de interesse público entre as organizações religiosas e o Estado.

Por outro lado, reproduz princípios consagrados nos tratados da Santa Sé com vários governos, refletindo as preocupações do tablado internacional moderno.

É um documento diplomático que não traz nenhum fato excepcional, mas assegura à religião de maior número de fiéis em nosso país um conjunto de garantias que, desde o início da República, não estavam claramente configurado, embora sob plena obediência aos preceitos da Constituição e das leis em vigor.

Finalmente, constitui uma porta aberta para acontecer no Brasil o que ocorre na Espanha, na Itália, na Alemanha e em Portugal, isto é, outros acordos dessa natureza envolvendo diversos credos religiosos e reiterando, assim, o princípio de que, embora laico, o Estado há de proteger a vontade fundamental do cidadão de ter a sua fé e a sua crença.

*Professor de Direito Constitucional. Artigo extraído do Instituto Humanitas Unisinos [<http://www.ihu.unisinos.br>]

O Estado democrático é laico, mas a nação é religiosa. Daí encontrarmos em vários países, como na Espanha, o acordo do Estado com a Comissão Islâmica (1922), com a Federação das Entidades Evangélicas (1996), com a Federação das Comunidades Israelitas e com a Igreja Católica. Na Itália, há convênios do Estado com as igrejas cristãs Adventistas do Sétimo Dia (1988), com a Igreja Evangélica Luterana, com a União Cristã Batista, com a Assembleia de Deus, com a União das Igrejas Cristãs.



Cariocas discutem o aborto como uma questão de saúde pública

Max Leone*

As mulheres do Rio de Janeiro participaram ativamente de um ato realizado, em 28 de setembro, pelo Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe. Uma grande faixa foi colocada nos Arcos da Lapa, no Centro do Rio, para chamar a atenção sobre o problema que afeta a tantas mulheres. A manifestação, que teve a presença de uma diretora do Sisejufe, faz parte de uma campanha nacional em defesa da descriminalização do aborto, cujo movimento é organizado por entidades dos direitos da mulher, como a Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, a Articulação das Mulheres Brasileiras, e de outras áreas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Um dos objetivos é incentivar o debate sobre o assunto na sociedade. Em outros estados ocorreram manifestações como na Paraíba, Distrito Federal e Pernambuco.

“Temos de aprofundar essa discussão do aborto. É uma questão complicada. É preciso ver os prós e os contras, pois corremos o risco de aumentarmos o número de abortos e de óbitos. Defendemos também a imediata implementação de uma política de saúde e de educação para que as mulheres possam ter acesso a métodos contraceptivos que não exponham as mulheres. Aborto não é método contraceptivo”, afirma Maria Cristina de Paiva Ribeiro, diretora do Sisejufe e coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça da entidade.

Para a diretora, a mulher não pode ser maltratada por ter feito aborto. Mas o que ela precisa é que o Estado dê assistência médica para evitar que se chegue a esse ponto. “Precisamos mudar também a mentalidade dos homens neste aspecto, para que a responsabilidade da gravidez não recaia somente sobre nós”, declarou.

Segundo a dirigente, um manifesto foi elaborado para ser distribuído à população, abordando temas com o a recente polêmica da circulação do guia “Rio for Parties”, publicação que classificava as mulheres cariocas indicando como os turistas poderiam se relacionar sexualmente com elas, e o caso de uma caloura do curso de Direito, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que teria sido instada a fazer sexo oral com veteranos ou a beijá-los na boca para se livrar do trote.

O discurso da diretora do Sisejufe ganha cor no movimento feminista. “Nós temos que ter direito à educação sexual, a um atendimento e um acolhimento de qualidade no serviço público”, diz a coordenadora da Articulação das Mulheres Brasileiras, Sonélia Lacerda. “Isso é um conjunto que o governo, por meio de suas instituições de saúde, tem que fazer para que nós não tenhamos mais mortes nesse país, vítimas de aborto inseguro”, afirma.

De acordo com o relatório da Federação Internacional de Planejamento Familiar, divulgado em maio, a cada ano são re-



Foto: Miriam Starosky

Na Lapa: entidades feministas estenderam *banner* nos Arcos

alizados cerca de 46 milhões de abortos para interrupção de gravidez indesejada em todo o mundo, dos quais 19 milhões de forma insegura e 70 mil resultam em morte materna. Segundo o estudo, o Brasil é responsável por 1 milhão de interrupções a cada ano e isso gera quase 700 internações por dia no Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento de complicações, a um custo total de quase R\$ 33,7 milhões. É uma taxa de 3,7 abortos para cada grupo de 100 mulheres de 15 a 49 anos. Os números não abrangem os abortos por razões médicas e legais.

*Da Redação

Temos de aprofundar essa discussão do aborto. É uma questão complicada. É preciso ver os prós e os contras, pois corremos o risco de aumentarmos o número de abortos e de óbitos.

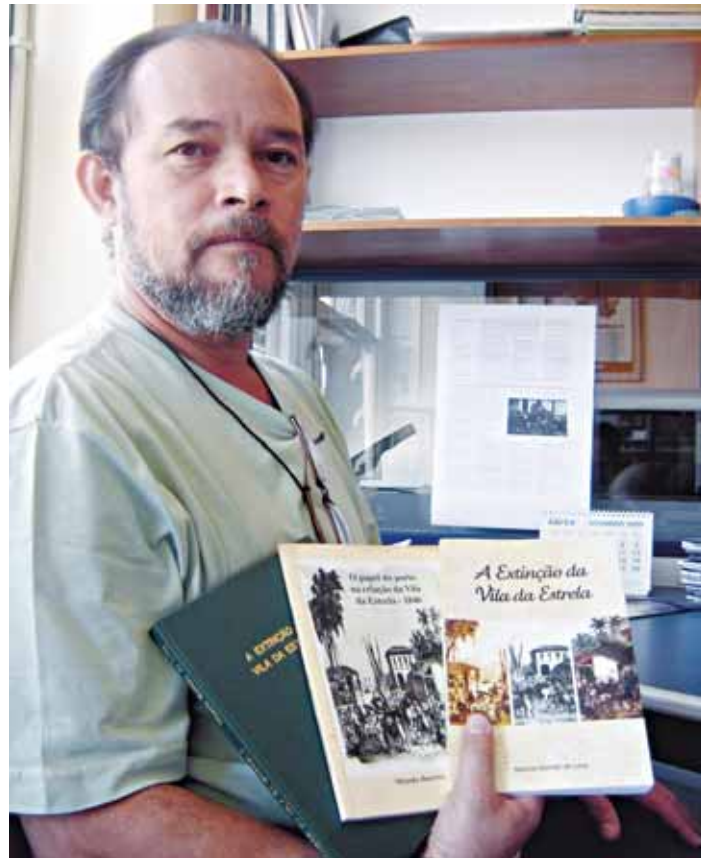
Vila da Estrela: a história esquecida

Texto e foto
Max Leone*

Resgatar a história de uma área não muito conhecida, mas de grande importância para o desenvolvimento da Baixada Fluminense e do estado do Rio de Janeiro na segunda metade do Século XIX. É o que pretende o historiador Mazola Barreto de Lima, de 50 anos, ao lançar o seu segundo livro sobre a Vila da Estrela, região que abrange os atuais municípios de Magé, Petrópolis, Duque de Caxias e as localidades de Fragoso e Inhomirim. Nas páginas de “A extinção da Vila da Estrela” estão os relatos de uma pesquisa feita pelo autor, pós-graduado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre o período em que a região era a principal responsável pela produção agrícola que abastecia a capital do Império brasileiro e o caminho por onde se escoava o café e o ouro, por meio de vários portos, como os de Magé, Piedade, Suruí, Iguaçu entre outros.

“Quero mostrar a história de um lugar que foi importante no passado para a consolidação e a sustentação da Corte no país, que não foi e não é contada nos dias de hoje, por ter caído no esquecimento. É uma história marginal que praticamente não tem registros. Os livros didáticos não tocam nesse assunto”, explica Mazola de Lima.

A vontade de fazer o resgate surgiu quando Lima iniciou um curso de extensão sobre a história da Baixada Fluminense ministrado no Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense (Ipbhb), em 2000. O trabalho terminou em 2007, no mesmo ano em que completou o curso de graduação em História na Universidade



Mazola Barreto: autor produz e distribui os próprios livros

Gama Filho (UGF). Pesou também a ligação que tem com a Baixada Fluminense. Nascido em Guaraciaba do Norte, no Ceará, ele veio para o Rio e foi criando em Engenheiro Pedreira, distrito de Japeri. O resultado inicial dessa conjunção foi a publicação do primeiro livro sob o título “O papel do porto na criação da Vila da Estrela”. O assunto chamou muito a sua atenção e despertou o interesse do autor que percebeu que havia pouco registro sobre a região.

A Vila da Estrela, localizada ao longo da Baía de Guanabara e margeada de rios, foi criada no dia 20 maio de 1846, pela Lei 397 assinada pelo vice-presidente da Província do Rio Janeiro, e acabou extinta em 1892, três anos depois da proclamação da República. A área possuía uma localização estratégica no pé da serra e ficava de frente para o mar. Apesar de sua breve exis-

tência, sua origem tem ligação direta com a ocupação de parte do que é atualmente a Baixada. “Os próprios moradores do local não sabem dessa história, eles não têm nenhuma informação sobre esse tema”, afirma.

Minérios e café

O historiador conta que o período da mineração teve um forte reflexo sobre o arraial devido ao transporte do ouro e também das mercadorias que chegavam da Europa para serem distribuídas para a Corte e para o interior. A implementação da produção cafeeira no país também trouxe transformações socioeconômicas, estabilidade financeira, ajudou no surgimento de um mercado interno e na formação de uma nova aristocracia rural produtora de café. O historiador defende a tese de que a transição da mão-de-obra escrava para a economia de mercado

ocorreu sem que o modelo econômico da região sofresse alteração significativa em sua base. Essa mudança, avalia, refletiu na sociedade daquele período, na vida política e econômica da Vila da Estrela, resultando, em 1892, na sua extinção, por decreto baixado pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro.

“A Corte fazia a Vila da Estrela como se fosse seu quintal. Tudo era produzido lá e levado para a capital. Mas a região acabou perdendo importância”, lembra, ressaltando que é esse debate teórico que faz no livro para mostrar os motivos que levaram ao desaparecimento da Vila da Estrela. Segundo Mazola de Lima, existem poucas referências da vila na região, com o passado ficando enterrado junto como as ruínas do Porto Estrela, com o que sobrou da Fazenda São Bernardino e da Fazenda São Paulo, e com os escombros da Igreja do Pilar, em Duque de Caxias.

Dificuldades para publicar

O historiador não encontrou dificuldades somente para pesquisar as informações e escrever o livro. Segundo ele, o momento seguinte é o da publicação revela o quanto é difícil encontrar apoio para cobrir os gastos. Sendo assim, arregaçou as mangas ele mesmo produziu a sua obra. Como também trabalha como diagramador, a parte de editoração gráfica ficou por sua conta.

“Cheguei a procurar editoras e fazer contatos com agentes, mas não houve resposta. Então resolvi eu mesmo fazer a produção. Levo tudo para a gráfica imprimir e depois saio vendendo entre os amigos”, conta, lembrando que repetiu o mesmo processo que fez quando lançou o primeiro livro.

*Da Redação

2ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa reúne milhares para celebrar a diversidade e a tolerância

Fotos: Henri Figueiredo

Uma passarela repleta de cores vibrantes, diversidade de línguas, manifestações religiosas, orações e um grito em comum: “liberdade religiosa”. Neste clima descontraído, com música, dança e com intenso colorido de roupas ritualísticas em meio ao branco predominante, aconteceu na avenida Atlântica, no fim da manhã e início da tarde do domingo, 20 de setembro, a 2ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, acompanhada por mais de 50 mil pessoas. Enquanto que, no alto dos quatro trios elétricos, líderes religiosos debatem a intolerância e chamam a atenção das autoridades para a problema, ao longo da avenida e até na praia os fiéis, moradores e banhistas falavam sobre suas crenças. Muitos dos presentes ao evento já foram vítimas de ataques religiosos e buscam, no diálogo com outras pessoas que passaram pela mesma experiência, consolo e saídas para a humilhação sofrida.

Kardecistas, umbandistas, muçulmanos, ciganos, católicos, krishnas, judeus, candomblecistas, evangélicos e povos de etnias como a anglo-congolesa estiveram representadas na manifestação.

Com cartazes e paramentados, os religiosos se expressavam com orações, danças ou gestos.

Informação para dar fim ao preconceito, diz islâmica

Para a integrante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa e Islâmica Latifa Ahmad

Mohammad, a informação é o mais importante para acabar com o preconceito. Segundo Latifa, o simples fato dela e o marido entrarem no metrô com uma pasta preta ou algo parecido já causa reação nas pessoas, que, muitas vezes, se afastam

por acreditar que eles podem ser terroristas.

“A informação é muito importante para acabar com o preconceito. Muitos olham os muçulmanos como terroristas e não é assim. As pessoas me veem de véu e fazem brincadeiras. Quando meu marido entra



no metrô, olham para ele como se fosse um homem-bomba, só por causa da pasta do laptop. Para o Islã, o terrorista também é criminoso”, explica Latifa.

Os hare krishnas também tiveram seus representantes na caminhada. Para a religiosa Raga Bhumi, um evento como este é muito importante, já que o planeta vive uma situação em que a tolerância religiosa é primordial para se contruir um pilar de igualdade social.

Para ela, deve haver mais proteção às atividades contemplativas. Já os congoleses mostraram que tolerância religiosa é uma marca do país deles. Segundo o presidente da Comunidade Anglo-Congolesa no Brasil, Lubadikadio Berry, os integrantes tem diversas religiões. Para eles, o importante é seguir a Deus. Para Lubadikadio, ninguém pode obrigar uma pessoa a seguir determinada religião. Para ele, a divisão gera guerra e só a união pode trazer a paz.

Alegres, coloridos e animados. Assim, os ciganos clamaram pela

liberdade de culto e religião. Segundo o presidente da União Cigana do Brasil, Mio Vacite, as pessoas devem ter livre arbítrio para escolher a religião a que vão seguir, até por ser um direito constitucional. No entanto, apesar de não ter uma religião específica, os ciganos, segundo Vacite, sofrem discriminação, muitas vezes, velada. “Muitos ciganos preferem ficar no anonimato para não se prejudicar na

vida profissional. A intolerância acontece de forma velada. Muitas vezes, quando as pessoas descobrem que um colega de trabalho é cigano, se afastam e até prejudicam a pessoa. Então, muitos ciganos preferem se esconder”, diz Vacite.

O Pai Nosso, uma das mais conhecidas orações cristãs, foi recitada milhares de pessoas. Quem iniciou a oração foi a diretora do Conselho Espírita do Rio de Janeiro, Cristina Brito, que afirmou ter ficado muito honrada e emocionada por participar da caminhada. Para ela, o evento vai contribuir para que as pessoas tenham menos preconceito.



Kardecistas, umbandistas, muçulmanos, ciganos, católicos, krishnas, judeus, candomblecistas, evangélicos e povos de etnias como a angocongolesa estiveram representadas na manifestação.



Ano Novo para os judeus

Em um dia de festa para a comunidade judaica, já que no dia 20 de setembro foi o Rosh Hashaná, o Ano Novo dos judeus, Patrícia Tolmasquim, membro eleita do Conselho Deliberativo da Comunidade Judaica no Rio de Janeiro, preferiu estar em Copacabana a ir à sinagoga. Para ela, a manifestação livre é um direito democrático que muitos povos ao redor do mundo não possuem.

“Nós temos o privilégio da liberdade de expressão e temos que saber utilizar. Copacabana, hoje, está emanando a divindade. Nós sempre vamos apoiar manifestações como estas de paz e união. Por isso, fiz questão de vir aqui mesmo sendo nosso Ano Novo”, contou Patrícia.



Grupos culturais de diversas crenças

Durante a concentração, entre o posto 5 e 6 de Copacabana, a apresentação do Movimento Hare Kísha encantou os presentes. Os blocos afros Orunmila, Afoxé Raízes Africanas, Afoxé Bamba no Aro e Afoxé Maxambomba animaram a multidão presente. Não tinha quem ficasse parado. Os ogãs Sebastião Casemiro e José Carlos de Oxossi louvaram aos Orixás da Umbanda com cantos tradicionais da religião. Eles foram acompanhados por um grande coro de umbandistas, ao longo da Praia de Copacabana.

Um dos pontos altos do evento foi a música gospel “Faz um milagre em mim”, cantada em iorubá. O tradutor e cantor foi o sacerdote candomblecista Babá Òguntundelewa, de Nova Iguaçu, que interpreta a música em festivais, há pelo menos dois meses. Segundo Babá, o objetivo da tradução é mostrar que não existem diferenças quando o assunto é a convivência harmoniosa das religiões.



Da Redação com informações do portal <http://eutenhofe.org.br>

CONTINUA →

Sisejufe e CUT juntos contra a intolerância



A caminhada é uma das ações do Movimento Interreligioso. Este movimento cresce na medida em que avança a investida de fundamentalistas que se apertam em seitas para discriminar e desqualificar as outras religiões, sobretudo as religiões de matrizes africanas. Isto porque estes fundamentalistas se apropriam, principalmente, das práticas da umbanda como sessões de descarrego e ao mesmo tempo satanizam nossas entidades ancestrais, movimentando dinheiro e fé! A CUT repudia todas as formas de discriminação e perseguição e neste sentido afirma o princípio constitucional do estado laico e da liberdade religiosa.

Glorya Ramos
mestre em Educação, diretora do Sinpro-Rio
e Secretária da Igualdade Racial da CUT Rio.



As diretoras do Sindicato dos Bancários do Rio Cida e Jaqueline e Glorya Ramos



Cristina Paiva: coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça na caminhada

Um dos objetivos da caminhada é combater o preconceito e a intolerância contra as religiões, em especial as de matriz africana. Mas algumas pessoas têm uma visão preconceituosa do próprio evento. Já me perguntaram se eu tinha participado da caminhada da "macumba" e ainda questionaram por que o Olodum estava presente! Muitas vezes um europeu conhece mais sobre as raízes da nossa cultura do que nós mesmos. É importante desenvolver nas pessoas o respeito pela cultura e crença alheias – é o respeito ao próximo. Se você respeitar o outro ser humano vai estar respeitando a religião dele, o partido dele, o time futebol, a sua orientação sexual etc. O Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe tem a preocupação de lutar pela harmonia entre as pessoas e, com isso, contribuir para uma sociedade melhor e mais humanitária. Isso implica transmitir informação e relacionar a entidade representativa de uma categoria como a do Judiciário Federal com as lutas pela afirmação da igualdade.

Maria Cristina de Paiva Ribeiro
Bibliotecária do Centro Cultural Justiça Federal
e diretora do Sisejufe.

Distribuição de renda e mercado interno tiraram o Brasil da crise

Foto: Dino Santos

Na abertura do encontro do coletivo nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reúne todos os diretores do setor, o secretário-geral e membro da Executiva Nacional da CUT, Quintino Severo, defendeu o projeto de disputa de hegemonia na sociedade proposta pela central sindical em favor dos trabalhadores. No evento, que aconteceu em Belo Horizonte de 24 a 26 de setembro, ele fez uma síntese de vários pontos de luta encaminhados pela CUT. O dirigente ressaltou ainda a importância dos empregos para o desenvolvimento do país, destacando que a renda e o mercado interno foram fundamentais para fazer o país enfrentar a crise financeira mundial. Quintino lembrou que a população continuou consumindo por conta do aumento real do salário mínimo e dos ganhos efetivados pelas categorias em luta. O dirigente lembrou que 80% da produção do Brasil é consumida pelo mercado interno. “Um modelo alicerçado na recuperação da renda, além de gerar inclusão social gera menos dependência externa”, defendeu. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano participou da reunião como secretário de formação da CUT Rio.

Para Quintino, o projeto cutista de desenvolvimento tem de estar baseado no trabalho, na distribuição de renda e na ampliação de direitos. Ele reiterou a disputa, no início da crise, entre o projeto da central sindical e o projeto conservador, defendido pela Fiesp, que pedia a flexibilização de direitos como redução de jornada com redução de salários, diminuição do FGTS, precarização do trabalho.

Somos contra o imposto sindical. No Brasil se cria um sindicato por dia por conta da disputa não de base, mas do financiamento estatal através deste imposto.

Quintino Severo
Secretário-geral da CUT Nacional



CUT, historicamente, é contra o imposto sindical

O dirigente reafirmou que a CUT é contra o imposto sindical e luta pela democratização das relações sindicais, substituindo o imposto pela contribuição voluntária decidida pela base, projeto que tem resistência do restante do movimento sindical. “No Brasil, praticamente se cria um sindicato por dia por conta da disputa não de base, mas do financiamento estatal através do imposto sindical. Hoje, o Ministério do Trabalho hoje é usado na disputa da hegemonia sindical, que tende a beneficiar um segmento do movimento sindical brasileiro”, observou.

O secretário-geral lembrou que o aumento do salário mínimo para R\$ 505 em 2010 tem o dedo da CUT. “O salário mínimo saiu de US\$ 70 no governo FHC para mais de US\$ 250 no segundo governo Lula e vamos continuar disputando para aumentar. Quase 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até um mí-

nimo, o seu crescimento explica em parte o país não ter sentido tão profundamente os efeitos da crise. Já que o trabalhador de renda mínima não aplica no mercado financeiro, mas em ativar o setor de produção e dos serviços”, avalia.

Quintino pontuou a importância da CUT na ampliação dos direitos previdenciários, principalmente no fim do Fator Previdenciário. Em princípio, a CUT defendeu simplesmente o fim do mecanismo redutor de valores dos benefícios, criado pelo governo FHC. Mas acabou sendo feito um acordo para que se passasse um pacote que beneficiasse os trabalhadores mais pobres. “Assim, o fator previdenciário acaba e será substituído pela fórmula 85/95, que favorece os trabalhadores mais pobres, que entram no mercado mais cedo. É a primeira reforma progressista na previdência no Brasil e só foi possí-

vel ser proposta por conta da atividade da CUT”, afirmou.

Quintino disse que a CUT defende da PEC 34, que trata da progressão funcional dos servidores públicos e a aprovação da convenção 151 da OIT, que estabelece a negociação coletiva obrigatória no serviço público federal. “Com mais dificuldades para passar, mas prioritária na pauta da CUT também está a convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada”, explica.

O secretário-geral ressaltou a importância da luta do pré-sal no projeto de autonomia e independência do nosso país, defendendo o projeto da Federação Única dos Petroleiros (FUP) sobre o marco regulatório por considerar mais avançado que o enviado pelo governo ao Congresso.

Da Redação com informações da Imprensa da CUT Nacional.

Para superar limites e o preconceito

Desde 1982, o dia 21 de setembro marca as atividades políticas e as comemorações pela luta e superação dos deficientes físicos ou mentais. Em 2005, o presidente em exercício José Alencar assinou a Lei 11.133 instituindo o data como referência nacional. No Rio de Janeiro, as comemorações iniciaram no domingo, 20 de setembro, com caminhada que reuniu 30 mil pessoas na Praia de Copacabana para chamar atenção sobre os direitos dos deficientes. Cadeirantes, deficientes visuais e auditivos, pessoas com síndrome de Down e portadores de outras limitações físicas fizeram um ato alegre e que reivindicou equiparação de direitos, mais ações sócio-inclusivas e de acessibilidade para todas as pessoas, independentemente de gênero, cor de pele, orientação religiosa ou condição física. O evento foi promovido pela ONG Espaço Novo Ser e teve o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

Nos dias 23 e 24 de setembro foi a vez de a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) festejar a data com palestras, depoimentos e apresentações artísticas. No evento da ABBR, alunos da Escola Marly Fróes fizeram um número de dança e, após a apresentação, profissionais da associação deram informações sobre a saúde do deficiente físico e explicaram as novidades no setor de órteses e próteses. Foram abordados te-

Foto: ABBR



Anderson, do AfroReggae, contou sua história e cantou na ABBR



Copacabana: Milhares de pessoas cobraram inclusão e acessibilidade

mas como tratamento para incontinência urinária, problemas de alguns deficientes físicos, e o vírus HTLV-1, desconhecido por muitos. O vírus é transmissível sexualmente e pode provocar lesões físicas, como paraplegia, em quem contrai a doença. Mas apenas 5% dos infectados desenvolvem a doença. O Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que existiam no país aproximadamente 24,5 milhões de pesso-

as com algum tipo de deficiência o que representa 14,5% da população.

No segundo dia de atividades, pacientes deram seu depoimento e contaram sobre sua vida e a reabilitação. Em todas as explicações foi destacada a importância de se lutar pelos direitos e de buscar melhorias para a qualidade de vida dos deficientes. Outra atração foi a presença de Anderson Sá, vocalista da banda AfroReggae, que também apresentou a sua história de superação, depois que sofreu um acidente em 2003 e quase ficou tetraplégico.

O Ministério Público também esteve presente com o projeto "Ouvidoria Itinerante", em que possibilita ao cidadão fazer suas reclamações e sugestões. O paciente Robson Goulart registrou sua queixa após relatar para o

subprocurador-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Leonardo Chaves, e o Ouvidor-Geral, Gianfillippo Pianezzola, fatos de constrangimento que havia passado.

Para a diretora do Sisejufe, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, coordenadora do Departamento Jurídico do sindicato e que integra o Núcleo da Pessoa com Deficiência, a luta das pessoas portadoras de deficiência e de seus familiares é constante. E ainda que vitórias já tenham sido conquistadas, ainda há muito para ser feito, como a ampliação das políticas públicas voltadas ao pessoal com deficiência e para inserção no mercado de trabalho. Outro tem importante trata da acessibilidade, que a sociedade deve cobrar da União, dos estados e dos municípios o cumprimento efetivo de todas as promessas feitas nos diversos seminários, atos e campanhas eleitorais.

"Essas foram as propostas que a delegação do Rio de Janeiro apresentou no Congresso Estadual da CUT, realizado em julho último, em Miguel Pereira. Na ocasião, como delegada, apresentei no meu Grupo de Trabalho redações incluindo emendas ao texto-base. Durante anos acompanhei de muito perto o drama de minha mãe, que era cadeirante, de quem pessoalmente cuidava além de ver e saber o que amigos, colegas e outros portadores de deficiência vivem nos locais de trabalho, nas ruas e até mesmo em suas residências", relata Vera. A diretora sindical ressalta que os quase 500 delegados e delegadas aprovaram e transformaram em resolução levada ao Congresso Nacional da CUT.

Da Redação, com informações da ABBR e Agência Brasil.

Poeira em alto mar

Morro e não vejo tudo. Quando penso que a mídia brasileira chegou ao ápice, ela se supera. Nem Glória Peres com seus indianos dançarinos que comiam, dormiam e transavam dançando é capaz de superar as invenções de Reinaldo Azevedo e Cia. Nossos jornalistas acreditam em OVNI's e pensam que todos os brasileiros são estúpidos ao ponto de acreditar em isenção da Veja e do Jornal Nacional. Prefiro a Caras que ao menos se propõe mesmo a ser frívola. Na mentira Lina contra Dilma, qualquer pessoa com um mínimo de seriedade sentiu-se como se tivéssemos voltado aos "julgamentos de Moscou". Lá, Stalin conseguia convencer um inocente que ele era réu, com ameaças à família. O "traidor" se dizia culpado e ainda agradecia pela sua execução; ou no caso Dreyfus; ou no incêndio de Reichstag; as grandes mentiras históricas que serviram para dar força a grandes tragédias. Do começo ao fim é uma grande ópera bufa.

Senão vejamos, assumindo que era verdade o que "denunciou" Lina Vieira, a ministra da Casa Civil pediu a ela que desse celeridade a uma investigação. Entenderam? Pois é... se fosse verdade o tal encontro, Dilma pediu que uma servidora fosse celerada numa investigação. Como é mesmo? Perá! Qual a denúncia? O que tem de mais? A ministra-chefe da Casa Civil não tem a obrigação de se encontrar com a secretária da Receita Federal e cobrar celeridade em qualquer processo? Em resumo, ainda que fosse verdade, o fato é nada. Fizeram tempestade não num copo, mas numa gota d'água.

O problema é que, além de o conteúdo do pedido ser flagrantemente legal, o tal encontro



não existiu. Nossos jornalistas do Partido da Imprensa Golpista (PIG) vivem de realidade virtual. Ficamos dias sendo bombardeados por um factóide de direita criado para tentar acabar com uma candidatura. Seria fácil para Lina derrubar Dilma, se a ministra estivesse mentindo: indicar dia e hora do encontro. Indicar o nome do funcionário a quem ela pediu que levantasse os dados supostamente solicitados por Dilma. Indicar o nome do motorista e o carro que a levou até o Palácio. No depoimento ela disse que não pediu para nenhum funcionário levantar as informações, não deu retorno a Dilma, não informou sequer a seu marido dessa reunião absolutamente insólita.

Lina é casada com Alexandre Firmino de Melo, ex-ministro da Integração Nacional de FHC. O mais divertido de tudo é que nesse mesmo processo o marido de Lina Vieira é reu junto com

Roseana Sarney. Coisas que a mídia apenas pincelou, como o fato de que o processo contra Fernando Sarney na Receita Federal estaria lento e a Justiça cobrou "agilidade nas investigações".

No dia 19 de dezembro de 2008, em que, supostamente Lina teve a tal reunião com Dilma, acontecia o seguinte: a ministra e Lula estavam em reunião, no Conselho da Petrobras, até às 13h50min. Às 13h50min, Lina já estava num avião para Natal. Talvez tenha sido, então, um encontro de almas, telecinese, bate papo no MSN... encontro no Planalto só mesmo nas páginas da Veja e nos arroubos da demotucanaria. Foi a pior novela criada até hoje pelo PIG. Até agora Lina não recebeu convite para posar para a Playboy – disso ao menos estamos livres!

Tudo isso cheira a uma vingança pessoal do senador José Agripino Maia que "acusou" Dil-

ma de ter mentido sob tortura e acabou tendo de ouvir uma aula de história e coerência política. Agripino passou a maior vergonha da vida dele: ouviu de Dilma que ela se orgulhava de não ter delatado ninguém e que tinha sim mentido sob tortura para salvar companheiros. Já ele, naquele momento, defendia o regime que torturava e matava opositores.

Acho que o PIG deveria contratar o Manoel Carlos, ou a Glória Peres, porque neste momento as tramas inventadas no noticiário parecem da Trupe Os Piores do Mundo. Danem-se os fatos, só o que importa é o objetivo político. Cuidado, leitor amigo, eles querem voltar!

Fulgêncio Pedra Branca é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

A união homoafetiva e a luta contra a homofobia



Vera Lúcia Pinheiro dos Santos*

Recentemente pude participar de dois eventos que discutiram a questão da união homoafetiva e da homofobia na sociedade. O primeiro foi o Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto em São Paulo; o segundo foi um Seminário sobre o tema “Família e Previdência: interseção entre o Direito de Família e o Direito Previdenciário”, este realizado pela Escola da Magistratura Federal (Emarf) da 2ª Região.

O Congresso da CUT, direcionado à delegações nacionais de trabalhadores e trabalhadoras e que teve a participação de movimentos políticos e sociais do Brasil e do exterior, e o Seminário da Emarf com o público de magistrados, servidores do Poder Judiciário, advogados, estudantes de direito e demais interessados, discutiram questões decorrentes das uniões homoafetivas, não só sob o viés político-sócio-educativo, “Conhecer, entender e respeitar sim.... discriminar não”, mas também as consequências jurídicas. Atentei à excelência e seriedade das exposições sobre assunto tão delicado e constatei o quanto ho-

A discussão sobre discriminação por orientação ou diversidade sexual encontra pouco espaço de debate nos sindicatos, enquanto seus membros homossexuais não são reconhecidos como tais por seus pares sindicalistas, como se seus colegas desejassem não ver essa condição homoafetiva, ou fazer de conta que ela não existisse.

mens e mulheres enfrentam preconceitos, discriminação e violência no meio social devido à sua orientação sexual. (E aqui um parêntesis para definir: orientação sexual significa por quem os seres humanos sentem desejo de se relacionarem amorosa e sexualmente, para qual direção tais desejos orientam os olhares, sendo que a maior dificuldade é o fato de acreditar-se que a sexualidade é um desejo aprendido ou adquirido, o que não é verdade, pois cientificamente está provado que a homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade são naturais, a pessoa não escolhe seu desejo embora possa escolher viver abertamente seu desejo.)

Assim, nos discursos e em diversos trabalhos vê-se que a homossexualidade é uma das formas de se viver a sexualidade humana, análoga à heterossexualidade ou à bissexualidade, reconhecendo-se que a sexualidade humana é

plural e daí vindos os consequentes direitos e deveres de tais relações, embora ainda não normatizados. É certo que o reconhecimento formal avança no Direito Previdenciário e na Jurisprudência, notadamente nas questões das uniões homoafetivas, em que pessoas do mesmo sexo unem-se física, emocional e materialmente, constituindo famílias de fato, com filhos e filhas adotivos ou frutos de relações anteriores de um dos companheiros, de ambos ou até mesmo de concepções de fertilizações assistidas.

As famílias homoafetivas crescem e muito em todas as cidades e clamam por uma legislação futura que realmente ampare e cumpra o princípio constitucional de defesa da dignidade da pessoa humana, eis que é este ser humano o centro dos direitos sociais. Surgem, portanto, indagações que merecem reflexão, ou seja, perguntas que não querem e não devem calar até que suficientemente respondidas: 1) Por que só a orientação sexual da maioria merece tutela do direito? 2) Por que o direito não pode respeitar os projetos de vida de cada um? 3) Por que um indivíduo não pode constituir uma família de acordo com a sua orientação sexual? 4) O Estado pode impedir que uma pessoa abra mão do projeto de vida individual violentando suas características psíquicas, emocionais e mesmo físicas?

E aí surgem dos mais simples aos mais complexos conflitos. Um exemplo é a hipótese do trabalhador ou trabalhadora homossexual que não consegue inscrever seu companheiro ou companheira como dependente no plano de saúde e os casos de pensões alimentícias quando desfei-

tas as uniões. No Brasil, segundo estatísticas divulgadas nos dois mencionados eventos, mais de 300 direitos reconhecidos a parceiros heterossexuais são negados aos parceiros homossexuais e os “direitos dos homossexuais” não são suficientemente defendidos pelas organizações que se dizem de Direitos Humanos, talvez por conta do conservadorismo de instituições políticas e religiosas.

Segundo uma cartilha editada pela CUT Nacional e distribuída em seu congresso lemos: “A situação torna-se mais complexa quando passamos a analisar o meio sindical. Embora óbvio, devemos apontar para o fato de que os sindicatos refletem o meio social em que estão inseridos. Portanto, carregam dentro de si homens e mulheres que possuem conceitos pré-concebidos e discriminatórios. Entre esses, encontra-se o pensamento clássico sindical de que a superação da sociedade de classes exclui a necessidade do debate das demandas específicas dos trabalhadores e trabalhadoras, ditos vulneráveis ou minoritários. Em outras palavras, a ideia de que a luta de trabalhadores e trabalhadoras, e os importantes debates teóricos que os acompanham somente acontecem no que há de comum a toda a classe: conjuntura (nacional e internacional), campanha salarial unificada, condições gerais de trabalho, doenças profissionais, dentre outros. As diferenças étnico-raciais, sexuais, de gênero e culturais ou são silenciadas, ou relegadas ao segundo ou terceiro planos do debate. A discussão sobre discriminação por orientação ou diversidade sexual encontra pouco espaço de debate nos sindicatos, enquanto seus membros homossexuais não



são reconhecidos como tais por seus pares sindicalistas, como se seus colegas desejassem não ver essa condição homoafetiva, ou fazer de conta que ela não existisse. Essa ‘NÃO EXISTÊNCIA’ baseia-se no senso comum de que a orientação sexual é assunto de foro íntimo e, portanto, não encontra abrigo nos temas sindicais”.

Felizmente, Sisejufe, pioneiro e vanguardista em suas lutas, enfrenta o tema, como já o fez no ano 2000 ao participar do I Seminário Homossexualidade, Trabalho e Sindicalismo da CUT, tendo a central sindical àquela ocasião incentivado o debate e fomentado entre seus militantes a necessária conscientização para que se criasse um coletivo nacional, concretizado finalmente em 27 de março de 2008, o Coletivo LGBT. Às lutas políticas juntaram-se as jurídicas, e o nosso sindicato vem mostrando todo o seu empenho na defesa intransigente de seus filiados e funcionários em questões de defesa dos direitos decorrentes de uniões homoafetivas, orientando juridicamente e ingressando com medidas administrativas e judiciais pertinentes. A máxima “direitos não se restringem mas se ampliam” aplica-se não só às questões das uniões homoafetivas mas aos direitos de todos os que são tratados com preconceito (idosos, pessoas com deficiência física e/

ou mental, pessoas fora do padrão estético do modelo imposto pela sociedade consumista, pessoas pobres etc.).

Enfim, a busca incessante do Direito e da Justiça faz com que conheçamos primeiro e exijamos depois:

I – OS DIREITOS SEXUAIS, que de acordo com o Ministério da Saúde são os seguintes: a) Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a); b) Direito de escolher o parceiro(a) sexual; c) Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsa(s) crença(s); d) Direito de viver a sexualidade independentemente do estado civil, idade ou condição física; e) Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; f) Direito de expressar livremente sua orientação seja ela: heterossexual, homossexual, bissexual, entre outras; g) Direito de ter relação sexual independente da reprodução; h) Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)/AIDS; i) Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação; j) Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.

II – POLÍTICAS PÚBLICAS, primeiramente combater a HOMOFOBIA (homofobia é o termo utilizado para designar o preconceito em relação à população LGBT, manifestando-se de diversas maneiras, e em sua forma mais grave resulta em agressões verbais e físicas, podendo chegar ao extremo, como o homicídio em que a vítima é a pessoa homossexual) é o que buscam os defensores da Campanha BRASIL SEM HOMOFOBIA, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e de Promoção da Cidadania Homossexual, sendo resultado de uma parceria entre Governo Federal e a sociedade civil e prevê uma série de ações nas áreas de saúde, segurança pública, trabalho, educação e cidadania.

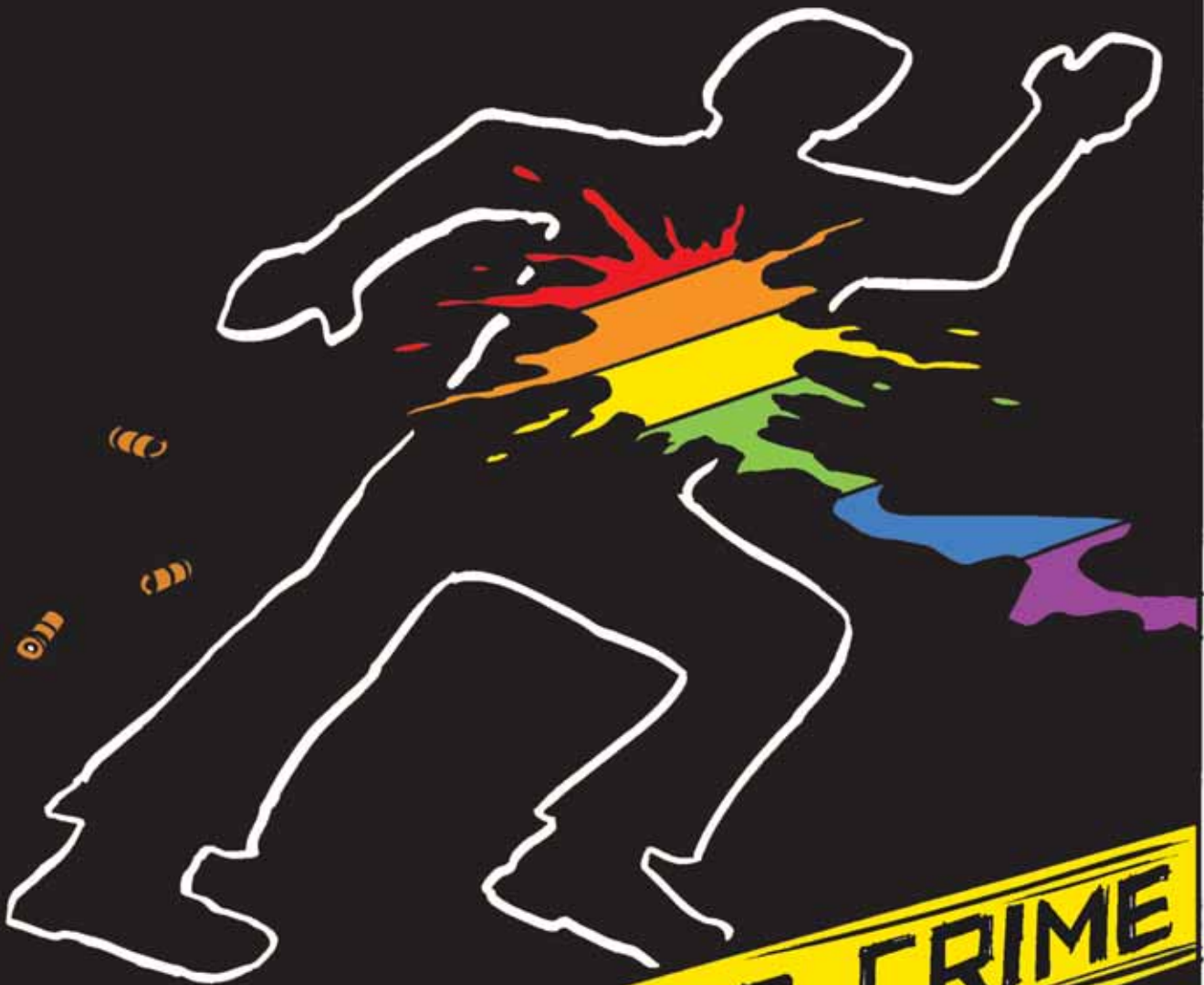
III – LEGISLAÇÕES – PROJETOS DE LEIS FEDERAIS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 122/06 – altera a Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989 definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. PROJETO DE LEI 1.151/95 que disciplina a parceria registrada entre pessoas do mesmo sexo. LEIS E PROJETOS DE LEI DO ESTADO DE SÃO PAULO – LEI ESTADUAL 10.948 de 5 de novembro de 2001 dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas

à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. PROJETO DE LEI 144/2008, altera o inciso II do artigo 2 da Lei 14.413 de 31 de maio de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: “ART. 2 - São direitos dos usuários dos serviços de saúde do Município: II – ser identificado e tratado pelo seu nome e sobrenome, ou ainda, em se tratando de usuário travesti, transsexual ou transgênero, pelo nome social que adotaram”. PROJETO DE LEI 4.914/2009 – aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento.

IV – JURISPRUDÊNCIAS – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL – Ap. Cível número 59836255, Relator Desembargador José S. Trindade “Homossexuais – União Estável. Possibilidade Jurídica do Pedido. Aplicação por Analogia Lei 8.971 de 1994, art.3”. Aqui citamos apenas esta, mas o Judiciário do Rio Grande do Sul vem decidindo favoravelmente com reconhecimento de direitos aos companheiros e companheiras homoafetivos(as), sendo exemplo nacional.

*Diretora do Sisejufe.

NO QUE RESULTA
O DISCURSO HOMOFÓBICO
NO BRASIL...



CENA DE CRIME

LATUFF
2009

O Centro Cultural Justiça Federal e o Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Rio de Janeiro convidam para a

Festa das Crianças

18 de outubro de 2009

Local: Centro Cultural Justiça Federal

programação

Contação de Histórias nos Tapetes

Costurando Histórias
Sala Multimídia, 14h

Oficina de Origami

Bruno Ferraz
Sala de Leitura, 14h30

Como ouvir os clássicos?

Grupo Mosaicos
Sala Multimídia, 16h

Ciranda de Roda

Lucio Sanfilippo
Hall de entrada, 17h

*Magistrados e servidores,
venham brincar com seus filhos!*

Vagas limitadas, mediante inscrição – entrada franca
informações: 3261-2563 (CCJF) ou 2215-2443 (SISEJUFÉ)

Apoie

Lucio Sanfilippo

Realização

SISEJUFÉ



Centro Cultural Justiça Federal
Av. Rio Branco, 241 Centro
CEP 20040-009 Rio de Janeiro RJ
|55 21| 3261-2550
www.ccfj.trf2.gov.br



BAILE DE GALA DO DIA DO SERVIDOR E 20 ANOS DO SISEJUFE

Orquestra Tabajara



Sindicalizado pode mais: ENTRADA FRANCA

Sexta, 6 de novembro, 20h • America Football Club
Rua Campos Salles, 118 - Tijuca • Sindicalizados têm direito a 2 convites
R\$ 20 para não-sindicalizados • Buffet de comida e bebida incluído no convite

